

Contabilidade na Essência e na Forma

Álvaro Pereira de Andrade
Ana Beatriz Nascimento de Souza





Revisão

XXXX

Projeto Gráfico | Diagramação | Capa
Gabriela Carvalho da Nóbrega

Ilustrações

Vector Juice
(Freepix.com)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A168c Academia Pernambucana de Ciências Contábeis

Coletânea Contábil: tomo II / Academia Pernambucana de Ciências

Contábeis; organizadores: Francisco de Assis Galvão Barreto Pinho, Márcio Henrique Barbosa Maciel de Sousa, Cacilda Soares de Andrade. — Recife: Apecicon, 2021

142 p.: il., color.; 21 x 29,7cm = (Coletânea Contábil; v. 2)

Inclui referências.

ISBN 978-65-995807-0-3

1. Contabilidade — coletânea 2. Ciências contábeis I. Pinho, Francisco de Assis Galvão Barreto II. Sousa, Márcio Henrique Barbosa Maciel de III. Andrade, Cacilda Soares de IV. Título

Elaborado por Morgana Glésia da Silva Lins - CRB 4/1677

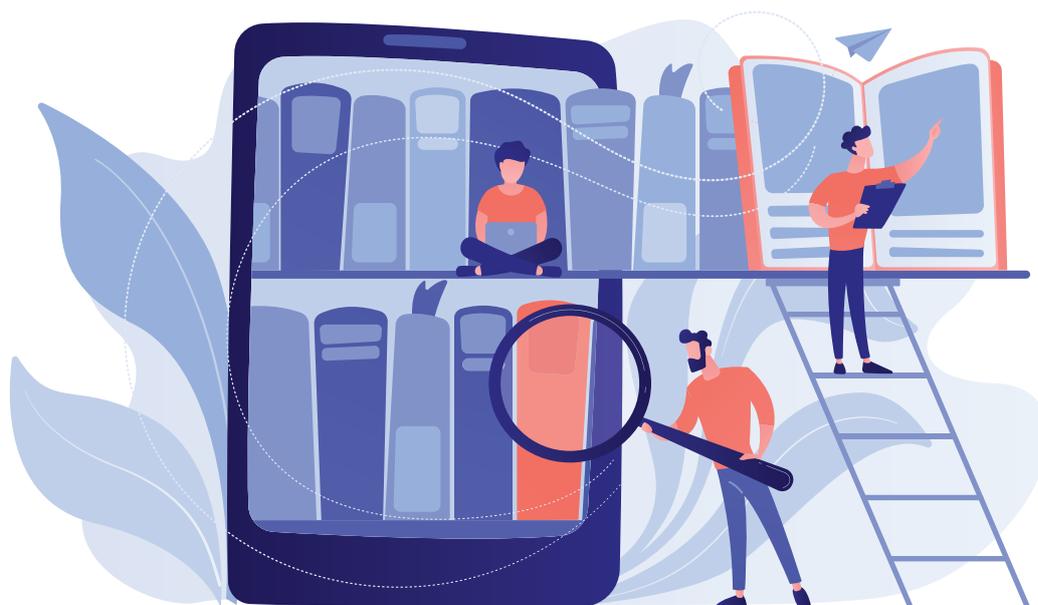


Apresentação

Este livro tem o intuito de ajudar você leitor a conhecer a contabilidade e suas tangentes de uma maneira simples, rápida e clara.

Servindo como um guia básico para que irá te auxiliar na compreensão de como funciona esta vasta ciência, através de conceitos, exemplos e exercício práticos.

Esperamos contribuir com o seu aprendizado e imersão nas Ciências Contábeis.



Sobre os autores

Álvaro Pereira de Andrade



Doutorado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); mestrado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) – Rio de Janeiro; contador e advogado; professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais; Especialista em contabilidade e finanças para o Terceiro Setor; ex-auditor da Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco – SEFAZ-PE; ex-auditor do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco; ex-Auditor do Banco do Estado de Pernambuco.

Ana Beatriz Nascimento de Souza

Graduada no curso de Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco, membro do CRC Jovem do estado de Pernambuco e atuante na área pública exercendo o cargo de Assistente Técnica na Divisão de Cadastro de Fornecedores da Prefeitura da Cidade do Recife, autora de artigos e publicações em revistas nacionais e internacionais.



Agradecimentos

Agradeço a Deus por sempre me dar muita força de vontade e coragem para escrever o meu primeiro livro, Contabilidade na Essência e na Forma e superar todos os percalços que se sucederam até a realização deste sonho, me mostrando que mesmo quando os sonhos parecem grandes demais, mas quando se tem fé e se trabalha duro eles acontecem.

Aproveitando o ensejo de toda minha gratidão, dedico esta obra ao meu pai Aluizio que é minha maior inspiração e minha mãe Edna, ao meu doce Bartolomeu, a minha bisavó Josefa, ao meu eterno amado Hetevaldo Tavares de Lira que me apoia em todas as minhas aventuras e decisões.

Destaco também minha gratidão ao professor Álvaro Pereira, por ter aceitado me orientar neste projeto tão importante na minha vida, estou muito honrada por todos os ensinamentos adquiridos.

Gostaria de citar o nome de várias pessoas que também foram imprescindíveis para que esta obra fosse realizada. Portanto, agradeço por toda a minha família, aos amigos e companheiros de trabalho.



Súmario

1 Conhecendo a Contabilidade

06

2 Conceitos Contábeis

20

Questões de Fixação 1

38

3 Demonstrações Contábeis

48

Questões de Fixação 2

69

4 Modalidades Societárias mais Comuns

79

Questões de Fixação 3

98

Referências

110

1



Conhecendo a Contabilidade

Breve Abordagem sobre a História da Contabilidade no Mundo Ocidental

A história da contabilidade é tão antiga quanto a própria história da civilização. Ela está atrelada às primeiras manifestações humanas da necessidade social de proteção à posse e de compreensão dos fatos ocorridos com o objeto material de que o homem sempre dispôs para garantir a sua sobrevivência e, na continuidade das relações humanas, alcançar os fins esperados em suas relações de troca.

Deixando a caça, o homem voltou-se à organização da agricultura e do pastoreio. A organização econômica primária, com a concepção do direito do uso do solo acarretou em separação de grupos sociais, levando ao desmembramento da vida comunitária, surgindo divisões e o senso de propriedade. Assim, cada pessoa criava sua riqueza individual.

Ao morrer, o legado deixado por esta pessoa não era dissolvido, mas passado como herança aos filhos ou parentes. A herança recebida dos pais (pater, patris), denominou-se patrimônio. O termo passou a ser utilizado para quaisquer bens, mesmo que estes não tivessem sido herdados.

A origem da Contabilidade está ligada a necessidade de registros do comércio e, por consequência, do controle do patrimônio para seu proprietário. Há indícios de que as primeiras cidades comerciais eram dos fenícios. A prática do comércio não era exclusiva destes, sendo exercida nas principais cidades da Antiguidade.

As atividades de troca e de venda levadas a efeito pelos comerciantes semíticos requeriam o acompanhamento das variações de seus bens quando cada transação era efetuada. O controle das trocas de bens e serviços eram efetuadas, rudimentarmente, por meio de simples registros ou relatórios sobre o fato. Entretanto, merece ser mencionado que as cobranças de impostos na Babilônia já se faziam através de escritas, embora, também, rudimentares.

Você sabia?

Há evidências históricas de um escriba egípcio que contabilizou os negócios efetuados pelo governo de seu país já no ano 2000 a.C.

Ao passo que a sociedade começava a acumular maior quantidade de bens valoráveis, crescia a necessidade de saber quanto poderiam render e qual a forma mais simples de aumentar as suas posses. Tais informações não eram de fácil memorização quando já em maior volume, requerendo registros.

Dentro desse contexto e considerando a hipótese do aumento da necessidade de controles, a pressuposição trazida pela historiografia atual é de que levou o homem aos primeiros registros a fim de que pudesse conhecer as suas reais possibilidades de uso, de consumo, de produção dentre outras.

Com o surgimento das primeiras administrações particulares, paralelamente se impôs a necessidade de registro e controle dos atos e fatos decorrentes dos negócios realizados, a fim de que se pudesse prestar contas da coisa administrada.

É importante ressaltar que não se conhece naquele tempo a existência do crédito para o comprador, ou seja, as compras, vendas e trocas eram realizadas à vista. Posteriormente, a história nos informa que ramos de árvore em utilizados como forma de controle para provar a existência da dívida ou sua quitação. O desenvolvimento do papiro (papel) e do cálamo¹(instrumento utilizado como

¹ Instrumento feito de um pedaço de cana ou junco, talhado obliquamente ou afinado na extre-

pena de escrever) no Egito antigo facilitou extraordinariamente o registro de informações sobre negócios.

Nesse âmbito, ao passo que as operações econômicas se tornam complexas, o seu controle se refina, as escritas governamentais da República Romana (200 a.C.) já traziam receitas de caixa classificadas em rendas e lucros, e as despesas compreendidas nos itens salários, perdas e diversões.

No período medieval, diversas inovações na contabilidade foram introduzidas por governos locais e pela igreja, entretanto, na Europa ainda não se tinha conhecimento de um termo apropriado nos idiomas nacionais para designar as atividades de natureza contábil. Foi na Itália que surgiu o termo Contabilità.

Evolução histórica da Contabilidade no mundo

Mundo Antigo

Diz-se do período que se inicia com as primeiras civilizações e vai até 1202 da Era Cristã, quando apareceu o Liber Abaci, de autoria Leonardo Fibonacci, o Pisano.

Mundo Medieval

Período que vai de 1202 da Era Cristã até 1494, quando apareceu o Tractatus de Computis et Scripturis (Contabilidade por Partidas Dobradas) de Frei Luca Pacioli, publicado em 1494, enfatizando que a teoria contábil do débito e do crédito corresponde à teoria dos números positivos e negativos, obra que contribuiu para inserir a contabilidade entre os ramos do conhecimento humano.

Mundo Moderno

Período que vai de 1494 até 1840, com o aparecimento da obra "La Contabilità Applicata alle Amministrazioni Private e Pubbliche", da autoria de Francesco Villa, premiada pelo governo da Áustria - obra marcante na história da Contabilidade.

midade, us. antigamente para escrever em papiros, pergaminhos etc.

Mundo Científico

Período que se inicia em 1840 e continua até os dias de hoje.

História da Contabilidade no Brasil

A partir de 1500, com o descobrimento do Brasil, o processo comercial através da exploração das riquezas coloniais abre espaços para a implementação de controles contábeis necessários à gestão daquelas operações. Entretanto, é somente, a partir de 1770, que emerge a primeira regulamentação da profissão contábil em Portugal, quando Dom José I, rei de Portugal, expediu a carta de Lei a todos os domínios lusitanos. Neste documento, dentre outras regulamentações, ficou designada a obrigatoriedade de registro da matrícula de todos os **guarda-livros** na Junta Comercial da corte lusitana.

Guarda-livros

Era o profissional que tinha por função fazer o registro contábil das transações empresariais, escriturando seus livros mercantis.

Entretanto, somente a partir da chegada da família Real ao Brasil em 1808 é que se abrem os caminhos para a oficialização da contabilidade em terras brasileiras. Em 1870 acontece a primeira regulamentação brasileira da profissão contábil, por meio do decreto imperial nº 4475. É reconhecida oficialmente a Associação dos Guarda-Livros da Corte, considerada como a primeira profissão liberal regulamentada no país.

Nesse período, diversas ações foram implementadas para o aperfeiçoamento da atividade contábil no Brasil. Cursar aulas de comércio passou a ser exigência

obrigatória para ingresso na contadoria pública. Para o exercício da profissão requeriam-se diversas habilidades técnicas e domínio do idioma pátrio e estrangeiro utilizado nas relações comerciais e diplomáticas. Assim, para ser guarda-livros era preciso ter conhecimento das línguas portuguesa e francesa, esmerada habilidade caligráfica e, mais tarde, com a chegada da máquina de escrever, ser eficiente nas técnicas datilográficas.

Em 1902, o então presidente Rodrigues Alves declara de utilidade pública, com caráter oficial, os diplomas conferidos pela Academia de Comércio do Rio de Janeiro, Escola Prática de Comércio de São Paulo, Instituto Comercial do Distrito Federal e Academia de Comércio de Juiz de Fora.

Em 1915 é fundado o Instituto Brasileiro de Contadores Fiscais. No ano seguinte surgem a Associação dos Contadores de São Paulo e Instituto Brasileiro de Contabilidade, no Rio de Janeiro. Nove anos depois, em 1924, é realizado o 1º Congresso Brasileiro de Contabilidade e são lançadas as bases para a campanha pela regulamentação de contador e reforma do ensino comercial no Brasil.

Aumentaram-se as articulações para o desenvolvimento da profissão contábil e, em 1927, é fundado o Conselho Perpétuo, um embrião do que seria, no século XX, o sistema Conselho Federal e Conselhos Regionais de Contabilidade. A instituição abrigava o Regime Geral de Contabilistas no Brasil, concedendo a matrícula aos novos profissionais aptos a desenvolverem a atividade de contadores.

Em 1931 vem a primeira grande vitória da classe contábil: é sancionado o Decreto Federal nº 20.158, que organizou o ensino comercial e regulamentou a profissão. É criado o curso de contabilidade, que formava dois tipos de profissionais: os guarda-livros, que cursavam dois anos e perito-contadores, que cursavam três anos.

No ano seguinte é sancionado o Decreto Federal nº 21.033, que estabeleceu novas condições para o registro de contadores e guarda-livros. Com esta lei, resolveu-se o problema dos profissionais da área que possuíam apenas o conhecimento empírico, prático, determinando as condições e prazos para o registro desses profissionais. A partir desse momento, o exercício da profissão contábil

passou a estar ligada, indissolúvelmente, à preparação escolar. Ou seja, quem desejasse abraçar a carreira teria primeiro, que estudar.

Esta vitória marcou a trajetória da profissão no Brasil, sendo bastante comemorada pelas lideranças da área na época. Com isso, multiplicaram-se as gestões para a criação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a exemplo do que já acontecia na engenharia e advocacia, até então as únicas de nível universitário regulamentadas no país.

Os contabilistas brasileiros imediatamente criaram o Conselho Federal, logo após a edição do Decreto-Lei nº 9.295 demonstravam a pressa que tinham para ver logo em funcionamento seu órgão de classe. Mas, na verdade, a criação desse órgão já era tardia, quando começou a tramitar o primeiro projeto de lei a respeito.

Tão logo instalado, o CFC já começa a atuar para cumprir a função para qual havia sido criado. Uma das primeiras providências do Conselho Federal foi criar as condições para a instalação e funcionamento dos Conselhos Regionais. Já na terceira reunião, realizada no dia 11 de outubro de 1946, ainda na sala do Ministério do Trabalho, foi criada uma comissão para organizar os Conselhos Regionais, composta pelos Conselheiros Manoel Marques, José Dell' Aurea e Brito Pereira.

Na reunião seguinte, em 4 de novembro do mesmo ano, é aprovada a Resolução nº1/46, que dispõe sobre a organização dos Conselhos Regionais de Contabilidade, criando as condições e estabelecendo as primeiras regras. Hoje, existe um Conselho de Contabilidade em cada unidade da Federação e no Distrito Federal.

As primeiras ações dos Conselhos Regionais eram direcionadas ao registro de profissionais. No entanto, pouco tempo depois, foram iniciadas as atividades de fiscalização, em alguns Conselhos mais intensificados que em outros, de acordo com as peculiaridades de cada um. Os Conselhos Regionais de Contabilidade, atualmente, além de registrar e fiscalizar o exercício profissional, tem a atividade de educação continuada como prioridade em suas ações, sendo algumas das ações realizadas em parcerias com o Conselho Federal, com universidades, outros órgãos da classe contábil e empresas de contabilidade, oferecendo aos profissionais da Contabilidade condições de se qualificarem a e atenderem às exigências do

mercado de trabalho, além de oferecerem à sociedade um serviço de qualidade.

Contabilidade nos dias atuais

Como mencionado, a prática contábil aflora da necessidade de controle das primeiras administrações públicas e particulares, para evidenciar, com os seus registros, o comportamento do gestor em relação à eficácia funcional, possibilitando prestar contas da posição financeira e patrimonial da coisa administrada, suas variações positivas e negativas decorrentes do resultado econômico, e qual a riqueza acumulada em determinado período. Nos dias atuais, no qual a qualidade da informação é imprescindível, bem como a transparência, conhecimento, tecnologia e responsabilidade social e fiscal, a informação relativa aos atos e fatos da administração e da economia devem estar disponíveis aos usuários internos e externos, ser confiável, integral e tempestiva. Esses dados devem ser obtidos por sistemas de contabilidade que adotam conceitos e procedimentos padronizados, convergentes as normas internacionais de contabilidade. Assim, ganha relevância o papel desempenhado pelo contador, pela capacidade de decodificar a informação contábil (enxergar o que os outros ainda não veem), vital para tomada de decisões, dando à contabilidade uma função atual de esplêndida magnitude: ajudar o homem na gestão ética e social do produto do seu trabalho.

Afinal, o que é Ciência Contábil?

Segundo o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC T 1):

A **contabilidade**, na sua condição de ciência social, cujo objeto é o patrimônio, busca, por meio da apreensão, quantificação, classificação, do registro, da eventual sumarização, da demonstração, da análise e relato das mutações sofridas pelo

patrimônio da entidade particularizada, a geração de informações quantitativas e qualitativas sobre ela, expressas tanto em termos físicos, quanto monetários.

Contabilidade

é essencialmente uma ciência que estuda, interpreta e registra os fenômenos que afetam o patrimônio de uma entidade.

Em outras palavras, a Ciência Contábil tem por objetivo o estudo das variações quantitativas e qualitativas ocorridas no Patrimônio (conjunto de bens, direitos e obrigações) das entidades. Através dela é fornecido o máximo de informações úteis para as tomadas de decisões, tanto dentro quanto fora da empresa, estudando, interpretando, registrando e controlando o Patrimônio.

Segundo Marion (2005), a contabilidade é a linguagem dos negócios, mede os resultados das empresas, avalia o desempenho dos negócios, dando diretrizes para tomada de decisões. A função moderna e verdadeira do profissional da Contabilidade é de um consultor sobre assuntos da riqueza das empresas.

Neste sentido, todas as movimentações existentes no patrimônio de uma entidade são registradas pela Contabilidade, que resume os fatos em forma de relatórios e entrega-os aos interessados em saber como está indo a situação da empresa. É através destes relatórios que são analisados os resultados alcançados e a partir daí são tomadas decisões em relação aos acontecimentos futuros.

Usuários da Informação Contábil

De acordo com o Pronunciamento Contábil (CPC 00) as demonstrações contábeis são elaboradas e apresentadas para usuários externos em geral, tendo em vista suas finalidades distintas e necessidades diversas. Governos, órgãos

reguladores ou autoridades tributárias, por exemplo, podem determinar especificamente exigências para atender a seus próprios interesses. Essas exigências, no entanto, não devem afetar as demonstrações contábeis elaboradas segundo esta Estrutura Conceitual. Demonstrações contábeis elaboradas dentro do que prescreve esta Estrutura Conceitual objetivam fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões econômicas e avaliações por parte dos usuários em geral, não tendo o propósito de atender finalidade ou necessidade específica de determinados grupos de usuários.

Desta forma as demonstrações contábeis elaboradas com tal finalidade satisfazem as necessidades comuns da maioria dos seus usuários, uma vez que quase todos eles utilizam essas demonstrações contábeis para a tomada de decisões econômicas, tais como:

- Decidir quando comprar, manter ou vender instrumentos patrimoniais;
- Avaliar a administração da entidade quanto à responsabilidade que lhe tenha sido conferida;
- Avaliar a capacidade de a entidade pagar seus empregados e proporcionar-lhes outros benefícios;
- Avaliar a segurança quanto à recuperação dos recursos financeiros emprestados à entidade;
- Determinar políticas tributárias;
- Determinar a distribuição de lucros e dividendos;
- Elaborar e usar estatísticas da renda nacional; ou
- Regulamentar as atividades das entidades.

Ramos e campo de aplicação da Ciência Contábil

Existem vários tipos e ramos de contabilidade, em virtude de esta ser uma ciência extremamente vasta por isso é essencial que a mesma se ramifique para melhor atender os usuários das informações Contábeis; dentre eles destacam-se:

Contabilidade Financeira

É o campo da contabilidade relacionado com o resumo, análise e relatórios de transações financeiras relativas a um negócio. Ou seja, a Contabilidade financeira é uma área contabilidade que tem a função de monitorar, promovendo a gestão eficiente de todas as atividades financeiras que ocorrem em uma

empresa, desde as internas até as externas.

A aplicação da contabilidade financeira consiste no levantamento e análise dos gastos, recebimentos e investimentos realizados em um determinado período de tempo.



Contabilidade Fiscal

O serviço de contabilidade fiscal é responsável por administrar todas as retenções, apurações, conciliações, recolhimentos e as obrigações acessórias dos tributos de uma empresa. Sua atuação se dá com a realização cálculos relacionados ao patrimônio da empresa, lucro apurado e registro de tributos compensáveis. Esse serviço é essencial para manter o controle dos tributos que incidem sobre as atividades e o patrimônio da empresa, evitando distorções na apuração dos tributos.

Contabilidade Pública

Entre as áreas de atuação da contabilidade, a gestão de órgãos públicos certamente é uma das que cobram alto nível de capacitação por parte dos profissionais. O dinheiro público, proveniente do pagamento de impostos e contribuições, deve ser gerenciado de forma a atender às necessidades de

uma população e, portanto, a responsabilidade é muito maior.

A necessidade de controle da aplicação da arrecadação de impostos exigiu a criação dos tribunais de contas e do Ministério Público, gerando responsabilidade pela manutenção das contas, pela análise dos dados financeiros,

pelos relatórios exigidos pelo Ministério público e pelos dados orçamentários e patrimoniais. Os profissionais que atuam nos Tribunais de Contas possuem a responsabilidade de analisar relatórios dos municípios e do governo estadual, controlando o uso e aplicação dos re-

ursos financeiros captados, servindo para alertar sobre fraudes e desvios do erário.



Auditoria

A auditoria contábil é uma das áreas de atuação da contabilidade mais relevantes, tudo isso porque ela atende a verificação dos processos aplicados em todos os controles, garantindo que os procedimentos as normas, regulamentos e práticas contábeis aplicados dentro do que determina a legislação.

Uma vantagem é que a auditoria contábil atua de forma mais flexível, podendo ser aplicada através de profissionais da própria empresa ou externos, e isso possibilita que os administradores possam ter maior certeza com relação ao desempenho da empresa como um todo. O trabalho da auditoria contábil tem o intuito de analisar as finanças empresariais, verificar os registros e identificar possíveis falhas de gestão. Com a auditoria, é possível identificar os problemas e definir meios de corrigir e solucionar possíveis erros.

Perícia

Esta área profissional do contador é a área da contabilidade responsável pela apuração e pela análise de utilização dos recursos financeiros por parte das empresas e dos órgãos públicos. Trata-se de especialidade contábil que exige alto nível de competências profissionais.

Um profissional de contabilidade que atua como perito contábil normalmente aplica seus conhecimentos técnicos e científicos em processos judiciais, tendo como responsabilidade analisar documentos e comprovar sua veracidade, para oferecer informações



essenciais para a busca de soluções de conflitos e litígios.

A perícia contábil é necessária em qualquer área de atividade, principalmente nas que apresentam maior complexidade de operações, como instituições financeiras e sociedades de capital aberto, oferecendo maior transparência às atividades de grupos de maior porte.

Contabilidade Aplicada ao Terceiro Setor

Esta é uma área da ciência contábil que auxilia na gestão das atividades das organizações sem fins lucrativos, buscando eficiência e eficácia na aplicação dos recursos administrados. As organizações do Terceiro Setor no Brasil são mantidas com recursos privados e públicos, normalmente, por meio de doações, subvenções, auxílios, trabalho voluntário, entre outros meios de sustentação disponíveis.

Contabilidade Gerencial

Na gestão de empresas, a contabilidade gerencial desponta como uma forma de driblar a crise, pois apresenta as melhores alternativas em relação aos custos de serviços ou de produção, assim como outras possibilidades de aperfeiçoar operações, atividades e até departamentos inteiros o que poderá ser decisivo para manter a competitividade. Outra possibilidade da contabilidade gerencial é a utilização de ferramentas não financeiras, como é o caso do Valor Econômico Agregado, usado na avaliação de negócios, ou ainda o Valor Agregado de Mercado, frequentemente empregado na criação de valor para os acionistas ou

sócios de uma determinada empresa. O profissional contábil poderá, até mesmo,



auxiliar na implementação de ferramentas como o Balanced Scorecard , que poderá fazer com que você entenda melhor sua empresa, seus pontos fortes e fracos e o ambiente em que ela está inserida. O contador vai providenciar informações sobre todos os aspectos de geração de resultado, além de possíveis alternativas para aumentá-lo, ou, ainda, novas possibilidades para que a empresa se destaque no mercado.

Contabilidade Bancária

Ramo da contabilidade através do qual as organizações do Sistema Financeiro Nacional realizam a administração dos recursos prestando serviços de manutenção de contas correntes e de investimentos, empréstimos, depósito de valores, além de vasto número de atividades financeiras.

Contabilidade Ambiental

Há uma consciência quase que universal que os recursos naturais são limitados, e não podem ser desperdiçados. A contabilidade como ciência apresenta condições, por sua forma sistemática, contribuir de forma positiva no campo de proteção ambiental, com dados econômicos e financeiros resultantes das interações de entidades que se utilizam da exploração do meio ambiente.

Especificamente, tal conjunto de informações é denominado de contabilidade ambiental.

Seu objetivo é propiciar informações regulares aos usuários internos e externos acerca dos eventos ambientais que causaram modificações na situação patrimonial da respectiva entidade, quantificado em moeda. Portanto, a Contabi-

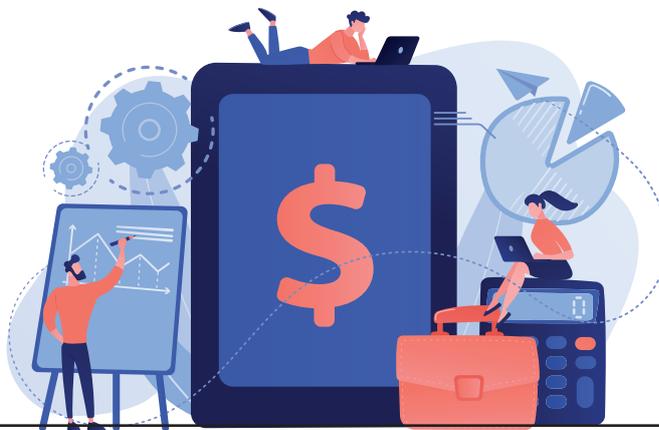
lidade ambiental é o registro do patrimônio ambiental (bens, direitos e obrigações ambientais) de determinada entidade, e suas respectivas mutações - expressos monetariamente.

Outro ponto relevante que versa sobre essa questão é o Balanço Social, também denominado Relatório de Sustentabilidade ou Relatório da Responsabilidade Social, é um produto da Contabilidade Social publicado anualmente pela empresa que procura demonstrar aos interessados um conjunto de informações relacionadas aos projetos ambientais e ações sociais.

O Balanço Social busca apresentar publicamente que a organização não somente que gera lucros, mas também está preocupada com as questões sociais, ou seja, com o desempenho social. O Balanço Social apresenta publicamente que a intenção da organização não é somente a geração de lucros, mas o desempenho social. É um compromisso da responsabilidade para com a sociedade, por meio da prestação de contas do seu desempenho sobre o uso e a apropriação de recursos que originalmente não lhe pertenciam. O Balanço Social é um mecanismo utilizado para a melhoria da imagem das organizações, além de dar transparência às suas atividades de forma a ampliar o diálogo entre elas e a sociedade. Serve também como ferramenta de gestão da responsabilidade social, sendo uma forma de vislumbrar os compromissos estabelecidos sobre a responsabilidade social em direção à sustentabilidade.

Esse demonstrativo tem ainda como norteador a incorporação de indicadores de desempenho ou desenvolvimento social, procurando demonstrar a eficiência das estratégias e ações realizadas pela organização. Estes indicadores podem ser indicadores humanos, indicadores físicos e indicadores monetários. E por meio desses indicadores, pode-se estabelecer uma relação de elementos de engajamento social, no sentido de apresentar uma análise do bem-estar dos indivíduos externamente ou internamente a organização; quadros de Gestão Social, dispendo sobre resultados obtidos pela organização, de modo regional ou global; indicadores sociais, permitindo a avaliação dos resultados planejados e os realmente alcançados.

2



Conceitos Contábeis

Agora que você já conhece a contabilidade, quero te convidar a mergulhar ainda mais neste universo tão plural. Neste capítulo, vamos explicar um pouco sobre os conceitos básicos das Ciências Contábeis. Os conceitos apresentados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 00 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro vão ser nosso

O foco deste capítulo. Tais conceitos costumam ser cobrados em prova de Contabilidade Geral e Teoria da Contabilidade, por isso, é indispensável que você leia com bastante atenção. Inicia-se a abordagem deste capítulo pela demonstrações contábeis em sentido amplo, seguindo-se dos elementos que as compõe.

Vamos nessa juntos?

Balanço patrimonial

O balanço patrimonial é composto dos ativos, dos passivos e do patrimônio líquido da entidade. Em outras palavras, é a representação gráfica do patrimônio em determinada data, normalmente em 31 de dezembro de cada ano. No balanço patrimonial, os elementos componentes do ativo, do passivo e do patrimônio líquido são demonstrados por meio de valores monetários, para um período de doze meses, isto é, compreendendo todo o ano civil, ou outro período pré-determinado pela entidade.

O balanço patrimonial é composto dos ativos, dos passivos e do patrimônio líquido da entidade. Em outras palavras, é a representação gráfica do patrimônio em determinada data, normalmente em 31 de dezembro de cada ano. No balanço

patrimonial, os elementos componentes do ativo, do passivo e do patrimônio líquido são demonstrados por meio de valores monetários, para um período de doze meses, isto é, compreendendo todo o ano civil, ou outro período pré-determinado pela entidade.

Exemplo de Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial	
Ativo	Passivo
Bens + direitos	Obrigações com terceiros
	Patrimônio líquido
	Obrigações com a empresa (diretores, acionistas etc.)
Total ativo	Total passivo
Total ativo = Total passivo	

Dando continuidade ao tema, trata-se a seguir dos elementos do balanço patrimonial, os quais denomina-se de contas patrimoniais.

Contas Patrimoniais

Compreendem o conjunto de Bens e Direitos da organização, possuindo valores de caráter econômico podendo ser convertido em dinheiro proporcionando ganho para a empresa.

Ativo

É um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade.

O Ativo faz parte das Contas Patrimoniais e compreende o conjunto de Bens e Direitos da organização, possuindo valores econômicos e podendo ser conver-

tido em dinheiro.

Pode-se definir o ativo como a parte positiva da posição patrimonial que identifica onde os recursos foram aplicados.

O ativo pode ser classificado em circulante e não circulante: quando fala-se sobre o ativo circulante, está-se referindo às contas que possuem realização em curto prazo, ou seja, no máximo 12 meses, exemplo: caixa, banco, aplicação financeira, clientes, impostos a recuperar. Já quando nos referimos a ativos não circulantes, estamos tratando dos recursos da entidade que podem ser convertidos em moeda no longo prazo, ou sejam em um período superior a 12 meses. Exemplificam-se como tais: adiantamento a sócios, contas a receber no longo prazo, ativo imobilizado, entre outros).

Modelo simplificado do grupo de ativo no balanço patrimonial

ATIVO	20X7	20X8
Ativo circulante		
Disponibilidades		
Caixa		
Bancos		
Aplicações de liquidez imediata		
Realizações a curto prazo		
Clientes		
Impostos a recuperar		
Outros créditos		
Estoques		
Despesas antecipadas		
Ativos não circulantes		
Realizável a longo prazo		
Clientes		
Adiant/ e empréstimos a sócios ou sociedades ligadas		
Investimento		
Imobilizado		
Intangível		
Total do ativo		

Atenção

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis 26 (CPC- 26), a menos que um Pronunciamento, Interpretação ou Orientação permita ou exija de outra forma, no balanço patrimonial, devem-se divulgar os valores relativos ao período atual e o anterior, de todos os itens que o compõem o ativo, o passivo e o patrimônio líquido, para que se possa fazer análise comparativa entre os mesmos. Também deve ser demonstrada de forma comparativa a informação narrativa e descritiva que vier a ser apresentada quando for relevante para a compreensão do conjunto das demonstrações do período corrente.

Reconhecimento dos ativos

A contabilidade utiliza o conceito de reconhecimento para efeito de inclusão dos bens e direitos no ativo. Esse conceito toma por base a transação econômica e financeira realizada e a efetiva possibilidade de o elemento resultante da mesma demonstrar capacidade de gerar benefícios econômicos para entidade, isto é, gerar fluxo de caixa no futuro.

Duas regras básicas devem ser observadas, antes de incluir no balanço patrimonial um item tido como bem ou direito:

- a) **deve-se avaliar a probabilidade** de este item gerar benefícios para entidade ao longo do tempo, isto é, gerar fluxo de caixa;
- b) **verificar se o seu valor de custo**, ou seja o valor pelo qual ele será incorporado ao ativo pode ser determinado com segurança.

Passivo

É o termos que se utiliza para designar as obrigações que a entidade contraiu de terceiros e que oneram o seu patrimônio. O passivo demonstrado no balanço patrimonial deve ser classificado em ordem decrescente de seu vencimento que, conforme já mencionado acima, pode ser de curto ou longo prazo. Ou seja, as contas que vencem primeiro aparecem no topo da lista constante do balanço patrimonial.

A definição apresentada pelas normas contábeis é a seguinte: passivo é toda obrigação que a empresa tem com terceiros e cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos. Os passivos podem ser dívidas com fornecedores, obrigações trabalhistas, salários, comissões, impostos, financiamentos, empréstimos, etc. De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, os passivos de uma entidade são divididos em: Passivo circulante e não circulante.

Modelo simplificado da estrutura de passivo no balanço patrimonial

PASSIVO	20X7	20X8
Passivo circulante		
Empréstimos e financiamentos		
Fornecedores		
Obrigações tributárias		
Obrigações trabalhistas		
Outras obrigações		
Passivo não circulante		
Exigível de longo prazo		
Provisões		

Patrimônio líquido

Corresponde à riqueza líquida da entidade, após descontadas as suas obrigações. Portanto, o patrimônio líquido pode ser definido como a diferença entre bens e direitos (ativos) e as obrigações da entidade (passivos). Ademais, o patri-

mônio líquido também pode ser entendido como o capital social mais as outras contas que o integram .

Desta forma, é mister discorrer que conforme a Lei nº 6.404/76, com redação modificada pela Lei nº 11.941/09, o patrimônio líquido pode ser dividido em:

- Capital Social
- Adiantamento para Futuro Aumento de Capital
- Reservas de Capital
- Reservas de Lucros
- Ações em Tesouraria
- Prejuízos Acumulados

Capital Social

Representa valores recebidos dos sócios e também aqueles gerados pela empresa que foram formalmente (juridicamente) incorporados ao capital (lucros a que os sócios renunciaram e incorporaram como capital).

Neste sentido, pode-se conceituar o capital social como o investimento efetuado na companhia pelos acionistas que é representado como o capital integralizado ou a integralizar.

Capital social integralizado

São valores já efetivamente incorporados ao patrimônio líquido da entidade; é a parcela do Capital Social Subscrito (pelos sócios ou acionistas) que foi totalmente colocada à disposição da entidade e que pode ser utilizada em suas operações, de acordo com o seu objetivo social.

Capital social a integralizar

São valores de capital social compromissados pelos sócios ou acionistas, porém ainda não efetivamente pagos à entidade, porém acertados previamente mediante contrato.

Reservas de Capital

As reservas de capital são constituídas com valores recebidos pela entidade que não transitam pelo resultado, por não se referirem à entrega de bens ou serviços pela entidade. As reservas de capital abrangem as seguintes subcontas:

- Reserva de Correção Monetária do Capital Realizado;
- Reserva de Ágio na Emissão de Ações;
- Reserva de Alienação de Partes Beneficiárias;
- Reserva de Alienação de Bônus de Subscrição;
- Reserva de Incentivo Fiscal. A partir de 01.01.2018, respectiva reserva passa a fazer parte do grupo de Reservas de Lucros.

Reservas de Lucros

As reservas de lucros são constituídas pelos lucros obtidos pela entidade, retidos com finalidade específica. Os lucros retidos com finalidade específica e classificados nesta conta são transferidos da conta de “Lucros ou Prejuízos Acumulados”.

Lucros ou Prejuízos Acumulados

Os lucros ou prejuízos representam resultados acumulados obtidos, que foram retidos sem finalidade específica (quando lucros) ou estão à espera de absorção futura (quando prejuízo)

Ajuste de Avaliação Patrimonial

O ajuste da avaliação patrimonial – AAP é uma correção dos valores apresentado no balanço patrimonial, por um ativo ou passivo, em relação ao seu valor justo. Essa correção busca expressar a realidade da composição patrimonial líquida de uma empresa; e como é um ajuste, o saldo da conta pode ser para positivo (credor) ou negativo (devedor).

Foi a Lei n. 11.638/2007 que incluiu como subgrupo do patrimônio líquido a conta ajuste da avaliação patrimonial. A referida lei destaca:

Serão classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo.

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)

O Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ocorre quando a entidade recebe os recursos a serem utilizados com a finalidade de aumentar o Capital Social. Esta conta é utilizada quando a entidade dispõe de tais recursos, porém não houve tempo hábil para serem formalizados através do instrumento jurídico (contrato social).

Exemplo: No final de novembro a Cia Gama possui Capital Social de R\$ 1.000.000,00 e os sócios decidiram aumentar em mais R\$ 100.000,00. Isso posto, não houve tempo para a formalização deste recurso. Logo, ao final do exercício o balanço patrimonial estaria representado da seguinte forma:

Modelo simplificado da estrutura de passivo com AFAC no balanço patrimonial

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$
Capital social	1.000.000,00
Adiantamento para futuro aumento de capital	100.000,00
Total	1.100.000,00

Portanto, esta conta possui duas bases legais que são: a temporalidade e a irreversibilidade do recurso, isto é que este não seja mais possível retroagir.

Outra possibilidade de exigência desta conta é quando há qualquer possibilidade de sua devolução, devem ser registrados no Passivo não Circulante, conforme mencionado acima.

Além disso, é imprescindível acrescentar que quando o valor do passivo for maior que dos ativos, o patrimônio líquido da empresa ficará negativo e deve aparecer no balanço como “passivo a descoberto” em substituição à expressão “patrimônio líquido negativo”.

Ações em Tesouraria

As ações ou quotas adquiridas pela companhia ou sociedade limitada serão registradas em conta específica redutora do Patrimônio Líquido, intitulada “ações ou quotas em tesouraria”. À medida que as ações ou quotas forem alienadas, tal operação gerará resultados positivos ou negativos e não devem integrar o resultado da empresa.

Modelo simplificado da estrutura de patrimônio líquido no balanço patrimonial

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20X7	20X8
Capital social		
Adiantamento para futuro aumento de capital		
Reserva legal		
Reserva de capital		
Reserva de lucros		
(-) Ações em Tesouraria		
(-) Prejuízos acumulados		
Total do patrimônio líquido		

Equações Patrimoniais

São representações quantitativas do patrimônio de uma entidade. Também é conhecida como equação contábil básica ou equação fundamental da contabilidade, dada a sua importância para a área. Entenda-se patrimônio como tudo

aquilo que a entidade tem (bens e direitos) e tudo que ela deve (obrigações), cuja soma denomina-se ativo, e é representado pela equação patrimonial abaixo:

$$\text{ATIVO} = \text{PASSIVO} + \text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}$$

Através desta ferramenta pode-se visualizar o estado patrimonial de uma empresa. Este estado patrimonial pode apresentar-se de diferentes maneiras nessa equação patrimonial, acima, cujos resultados obtidos podem ser interpretados de diversas formas, conforme se exemplifica a seguir:

a) **Ativo = Passivo + Patrimônio Líquido** – Indica uma situação de normalidade da empresa, pois o conjunto de bens e direitos (Ativo) supera as obrigações (Passivo), ou seja, há Patrimônio Líquido positivo). É uma situação favorável ou superavitária.

b) **Ativo = Patrimônio Líquido** – Neste caso, o Passivo = 0, ou seja, não existem obrigações para com terceiros, o que geralmente ocorre na abertura da empresa.

c) **Ativo = Passivo** – Neste caso o PL = 0, isto é, não existe capital próprio, o que significa que o ativo da entidade está sendo totalmente financiado com recursos de terceiros. É um estado de alerta, pois assinala que a entidade está com dificuldades financeiras.

d) **Ativo + Patrimônio Líquido = Passivo** – Nesta situação, a empresa se encontra em estado de insolvência, pois uma parcela das obrigações não está coberta pelo ativo, mesmo que a empresa venda todo o seu ativo. Ou seja, o ativo não é suficiente para liquidar todas as dívidas. Esta é uma situação denominada Passivo a Descoberto, que aponta uma situação desfavorável, negativa ou deficitária.

A sugestão para cobrir esse tipo de déficit, é recorrer aos proprietários para aumentar o capital social, crescendo, em consequência, o PL da empresa.

Demonstração do Resultado do Exercício

A Demonstração do Resultado é um resumo do somatório das receitas, dos custos e das despesas da entidade, por contas ou grupos de contas contábeis, em determinado período. A sua apresentação é feita de forma dedutiva (vertical), iniciando-se pela receita principal da entidade, dela subtraindo-se os custos e as despesas, para demonstrar o resultado do período, denominado de lucro ou prejuízo.

Nessa demonstração, os tributos são apresentados consoante a legislação tributária vigente. Ou seja, os impostos não cumulativos (exemplos: ICMS e IPI) são deduções da receita bruta; os cumulativos são apresentados como custos ou despesas. Já as contribuições sociais e as taxas, normalmente aparecem como custos ou despesas na demonstração do resultado.

Abaixo, apresenta-se uma estrutura simplificada dessa demonstração contábil e, a seguir, as explicações sobre cada um dos seus elementos componentes.

As contas que compõem a Demonstração do Resultado do Exercício

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	20X4	20X5
Receita bruta de vendas		
(-) Deduções de receita bruta		
(=) Receita operacional líquida		
(-) Custos das mercadorias vendidas		
(=) Resultado operacional bruto		
(-) Despesas operacionais		
(-/+) Despesas/ Receitas financeiras		
(-/+) Outras receitas e despesas		
(=) Resultado operacional antes de IR e CSLL		
(-) Imposto de renda		
(-) Contribuição social sobre o lucro líquida		
(=) Resultado líquido do exercício		

Receita Bruta

Entende-se por Receita Bruta, para fins contábeis, o produto da venda de bens e serviços. Em outras palavras, a Receita Bruta decorre da comercialização dos bens e/ou dos serviços provenientes das atividades-fim da organização, isto é, das atividades para as quais a empresa foi constituída, segundo seus estatutos ou contrato social. Logo, a Receita Bruta consiste no faturamento da empresa.

Deduções da Receita Bruta

Os itens que compõem a denominada Deduções da Receita Bruta normalmente são: as Devoluções de Vendas, os Abatimentos, os Impostos e Contribuições não cumulativos Incidentes sobre Vendas (ICMS, PIS, COFINS, etc.) e os descontos incondicionais. Estes itens devem ser apresentados logo abaixo da Receita Bruta para se determinar o montante da Receita Líquida de Vendas, podendo também ser denominada Receita Operacional Líquida, conforme exemplo acima.

Receita Líquida de Vendas

É a diferença entre a Receita Bruta e as deduções das vendas, tais como: impostos indiretos (ICMS, IPI), devoluções, descontos incondicionais, etc).

Custo das Mercadorias Vendidas (CMV), Custo dos Produtos Vendidos(CPV) ou Custo dos Serviços Vendidos(CSV)

Esse conceito de custos considera os valores de O CMV está diretamente relacionado às mercadorias vendidas por empresas que exercem atividades essencialmente comerciais, enquanto o CPV se refere aos produtos vendidos por empresas industriais. O CSV é utilizado para as empresas prestadoras de serviços, tais como as empresas de auditoria, bancos, empresas de jornalismo, clínicas médicas, empresas de advocacia, etc.

Em se tratando de empresas comerciais, que é o objeto da estrutura da DRE apresentada acima, o CMV é o montante das mercadorias comercializadas,

considerando-se o seu valor de aquisição. Essas mercadorias vendidas são assim baixadas do estoque, que faz parte dos ativos da empresa e que compõe parte do seu patrimônio.

Lucro Bruto

É a diferença entre a Receita Líquida e o CMV. O Lucro Bruto representa a margem de cobertura das despesas operacionais que são necessárias para as atividades negociais da empresa e também as não operacionais.

Despesas Operacionais

São os gastos de uma empresa que estão relacionados às atividades essenciais de comercialização, produção ou prestação de serviços.

Despesas não Operacionais

São aquelas decorrentes de transações não incluídas nas atividades principais ou acessórias que constituam objeto da empresa.

Despesas Financeiras

Normalmente, representam os juros que a empresa deve pagar aos seus credores oriundos de empréstimos por ela contraídos.

Receitas Financeiras

São ganhos provenientes de aplicações financeiras realizadas pela empresa junto aos bancos ou investimentos no mercado financeiro, a exemplo de aplicações financeiras em títulos bancários (CDB, RDB, etc.), ações, entre outros.

Resultado Antes do IR e da CSLL

Representa o resultado (lucro) do período antes da incidência do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, que são tributos exigíveis

pela legislação fiscal, sempre que a empresa gera resultado positivo no período, ou seja, quando as receitas superam os custos e as despesas. Esses tributos são calculados por meio de alíquotas e de critérios previamente definidas em lei.

Resultado Líquido do Exercício

Representa o lucro ou prejuízo líquido do exercício. Quando houver lucro líquido, este deverá ser destinado à manutenção do patrimônio líquido da empresa e aos proprietários, conforme determina a legislação societária aplicável.

Relatório Financeiro de propósito geral

De acordo com o Pronunciamento Contábil 00 – Estrutura Conceitual Básica, o relatório financeiro de propósito geral tem como objetivo fornecer informações contábil-financeiras sobre a entidade que reporta essa informação. Espera-se que essas informações sejam úteis aos seus diversos, tais como investidores e credores, para a tomada de decisões.

Entende-se que essas decisões estão relacionadas às atividades geradoras de recursos para a entidade, tais como comprar, vender, investir ou manter participações em instrumentos patrimoniais, e ofertar empréstimos ou outras formas de crédito. Os investidores, credores por empréstimos e outros credores são considerados usuários primários da informação contábil.



Além disso, verificar a média de retorno dado ao acionista pela entidade é uma das formas de investidores existentes e em potencial analisarem qual será o retorno esperado dos investimentos em determinada entidade, para que possam decidir se irão ou não fornecer recursos.

O relatório também versa sobre a liquidez da entidade, ou seja, oferece caminhos para, por meio das demonstrações contábeis, avaliar a capacidade de pagamento da empresa a seus credores, bem como, se paga também juros e acréscimos contratuais a preço de mercado.

Da mesma forma, os credores por empréstimo e outros credores também precisam saber se a entidade tem liquidez e se faz os pagamentos de empréstimos corretamente, dentre outras coisas, para poderem decidir se irão emprestar recursos para a entidade ou não.

Os investidores existentes e em potencial e os credores por empréstimo e outros credores, antes de decidir se vão fornecer recursos para a entidade, precisam conhecer as entradas de fluxos de caixa futuros dessa entidade, saber quais são as dívidas de curto e longo prazo, saber se a administração e o conselho de administração estão gerindo os recursos da entidade com eficiência etc.

Os relatórios contábil-financeiros de propósito geral são direcionados aos usuários primários. É importante ressaltar que esses usuários primários não podem requerer informações que eles necessitam diretamente para as entidades. Os usuários primários devem utilizar e confiar nos relatórios contábil-financeiros de propósito geral para a maior parte das informações que necessitam.

Os relatórios contábil-financeiros de propósito não atendem e nem podem atender a todas as informações que os usuários primários necessitam, que possuem diferente e, muito provavelmente, conflitantes necessidades de informações. Caso esses usuários necessitem de outras informações, podem, por exemplo, utilizar fontes como condições econômicas gerais e expectativas, eventos políticos e clima político, e perspectivas e panorama econômico geral e para a entidade.

A concentração de necessidades comuns de informações não impede que a entidade que reporta a informação preste informações adicionais que sejam mais

úteis a um determinado grupo de usuários primários.

Desta forma, os relatórios contábil-financeiro de propósito geral não são elaborados para que os usuários consigam apurar exatamente o valor da entidade que reporta a informação, mas eles fornecem informações para auxiliar os usuários da informação contábil a estimar o valor de tal entidade.

Portanto, a administração da entidade que reporta a informação não está obrigada a utilizar os relatórios contábil-financeiros de propósito gerais para buscar informações, tendo em vista que podem conseguir as informações desejadas internamente na própria entidade, mas pode utilizá-los.

De acordo com a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro CPC 00 (R5) (2011), as características qualitativas da informação contábil-financeira útil são as mais vantajosas para empresários e investidores, para suas tomadas de decisões dentro de aplicações financeiras em empresas. Sendo estes relatórios capazes de fornecerem informações sobre a situação econômica das entidades, trazendo referência sobre apresentação de índices futuros para controle da situação da companhia.

Diante do exposto, as características qualitativas da informação contábil-financeira útil, são divididas em dois aspectos: os fundamentais e os de melhoria, em que os fundamentais são a Relevância e a Representação Fidedigna; e os de melhoria são divididos em Comparabilidade, Verificabilidade, Tempestividade e Compreensibilidade. Para melhor entendimento das definições, serão abordados nos tópicos seguintes os conceitos separadamente.

Características fundamentais

Como mencionado, as características fundamentais se dividem em Relevância e Representação Fidedigna.

A relevância tem por objetivo apresentar a informação contábil-financeira capaz de fazer diferença nas deliberações que possam ser adotadas pelos usuários, sendo que para isso deve possuir valor preditivo, confirmatório, ou ambos. A informação relevante conta, também, com a materialidade, que se baseia na

natureza ou na magnitude dos elementos que estão relacionados no contexto do relatório contábil-financeiro de uma determinada entidade.

Segundo apresenta a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório

Segundo a NBC TG 00, representação fidedigna, nada mais é do que a fiel apresentação dos dados econômicos e financeiros no relatório contábil-financeiro, só que para isso é necessário que ele seja completo, neutro e livre de erros. Por completo, entende-se a apresentação de toda informação necessária para que o usuário entenda o fenômeno que foi retratado. Neutro é quando expressa a realidade econômica, sendo desprovida de vieses na seleção ou divulgação da informação contábil. E livre de erros, quando não há nenhuma incorreção ou omissão no fenômeno retratado.

Dessa forma, em um relatório com informação fidedigna, é necessário que o fato retratado esteja conforme a realidade econômica da entidade e todas as explicações necessárias, para que o usuário possa compreender e entender o que foi apresentado.

Características de melhoria

As características qualitativas da informação contábil-financeira útil de melhoria são utilizadas na informação que é relevante e que é representada fidedignamente, fazendo com que a apresentação dos relatórios seja ainda melhor para a tomada de decisão. Com isso as características de melhorias são: Comparabilidade, Verificabilidade, Tempestividade e a Compreensibilidade.

A Comparabilidade, de acordo com Pena (2008), tem o seu foco principal em permitir ao usuário conhecer a evolução da informação de uma entidade ao longo de um período de tempo, tendo a possibilidade, também, de verificar a situação econômica da empresa em apenas um determinado momento, proporcionando o conhecimento de suas posições relativas.

Já a Verificabilidade, tem sua característica em permitir que, diferentes analistas, possam chegar a um consentimento, quanto ao que foi retratado sobre

uma realidade econômica. Essa informação fica difícil de ser utilizada quando a entidade se encontra em análises aplicadas ao futuro.

Na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil Financeiro, a Tempestividade significa ter a informação disponível para a tomada de decisões no tempo de poder influenciá-los.

Quanto a Compreensibilidade, se trata da informação clara, de modo que possa ser entendida pelo usuário que tenha o conhecimento básico na área de negócios, das atividades econômicas e da Contabilidade. Informações complexas e de difícil entendimento devem, também, conter nos relatórios contábeis financeiros, porém carecem de serem acompanhadas por quadros complementares e tabelas explicativas.

NO PRELO



Questões de Fixação 1

1) (UFMT - 2019 - UFT - Técnico em Contabilidade) Conforme a Estrutura Conceitual, o Ativo é um recurso:

- a) controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem futuros benefícios econômicos para a entidade.
- b) controlado pela entidade, derivado de eventos já ocorridos, e do qual se espera que resulte em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos.
- c) presente da entidade, derivado de eventos passados, de cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos.
- d) controlado, derivado de eventos já ocorridos, de cuja liquidação se espera que resultem futuros benefícios econômicos para a entidade.

2) (UFMT - 2019 - UFT - Técnico em Contabilidade) Quais elementos das Demonstrações Contábeis na Estrutura Conceitual estão diretamente relacionados com a mensuração do desempenho?

- a) Ativo e Passivo.
- b) Ativo e Patrimônio Líquido.
- c) Receitas e Despesas.
- d) Patrimônio Líquido e Passivo.

- 3) (VUNESP - 2019 - Prefeitura de Guarulhos - SP - Inspetor Fiscal de Rendas - Conhecimentos Específicos) De acordo com a Estrutura Conceitual, são características fundamentais da informação contábil-financeira:
- a) Relevância e representação fidedigna.
 - b) Relevância e compreensibilidade.
 - c) Regime de competência e relevância.
 - d) Regime de competência e consistência.
 - e) Comparabilidade e verificabilidade.
- 4) A alternativa que, de acordo com a NBC TG 00 - Estrutura Conceitual, consagra uma característica da informação contábil, que se consubstancia na valorização na substância econômica do evento que está sendo retratado é:
- a) Fidedignidade.
 - b) Essência sobre a forma.
 - c) Prudência.
 - d) Oportunidade.
 - e) Relevância.
- 5) (INAZ do Pará - 2019 - CORE-PE - Contador).As características qualitativas fundamentais da Informação Contábil-Financeira são relevância e representação fidedigna. Diante das informações qualitativas fundamentais, assinale a alternativa correta:
- a) Informação contábil-financeira relevante é aquela que não possui poder de influenciar as decisões que possam ser tomadas pelos usuários.
 - b) Para ser útil, a informação contábil-financeira não tem só que representar

um fenômeno relevante, mas tem também que representar com fidedignidade o fenômeno que se propõe representar.

c) Representação fidedigna, por si só, pode resultar necessariamente em informação útil.

d) A informação precisa concomitantemente ser irrelevante e representar com fidedignidade a realidade reportada para ser útil.

e) A informação contábil-financeira precisa ser uma predição ou uma projeção para que possua valor preditivo.

6) (UFU-MG - 2019 - UFU-MG - Técnico em Contabilidade) De acordo com o Pronunciamento CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, assinale a alternativa correta.

a) As despesas são reconhecidas na demonstração do resultado quando surge um decréscimo, que possa ser determinado em bases confiáveis, nos futuros benefícios econômicos provenientes da diminuição de um ativo ou do aumento de um passivo.

b) A receita surge no curso das atividades usuais da entidade e é designada por uma série de nomes tais como: vendas, honorários, juros, dividendos, royalties, aluguéis. Nesse sentido, a definição de receita abrange receitas propriamente ditas, provisões e reservas.

c) Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando houver certeza sobre uma saída de recursos detentores de benefícios econômicos exigida em liquidação de obrigação presente e o valor pelo qual essa liquidação se dará puder ser mensurado com confiabilidade.

d) Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando houver certeza de que benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade.

- 7) (IF-PA - 2019 - IF-PA - Técnico em Contabilidade) De acordo com a Resolução CFC 1374/2011- Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, para ser útil, a informação contábil-financeira não tem só que representar um fenômeno relevante, mas tem também que representar com fidedignidade o fenômeno que se propõe representar. As características qualitativas de melhoria podem também auxiliar a determinar qual de duas alternativas que sejam consideradas equivalentes em termos de relevância e fidedignidade de representação deve ser usada para retratar um fenômeno. Conforme essa resolução são características qualitativas de melhoria:
- a) Comparabilidade, Verificabilidade, Tempestividade e Compreensibilidade.
 - b) Materialidade, Relevância, Representação Fidedigna e Compreensibilidade.
 - c) Comparabilidade, Materialidade, Preditiva e Confirmatória.
 - d) Materialidade, Relevância, Representação Fidedigna e Tempestividade.
 - e) Comparabilidade, Verificabilidade, Completa, Neutra e Livre.
- 8) (INAZ do Pará - 2018 - CRF-PE - Assistente Administrativo Financeiro) A respeito da Contabilidade, o que não se pode afirmar:
- a) Tem ampla metodologia cujas finalidades são: de captar, acumular, resumir e analisar os fenômenos que estejam afetando as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente.
 - b) Tem como objeto de estudo os estados patrimoniais e as mudanças decorrentes das variadas transações realizadas pela entidade
 - c) O Passivo são as obrigações da empresa, isto é, as quantias que a empresa deve a terceiros.
 - d) Na Captação, faz-se o resumo das informações que se referem a todas as transações realizadas pela entidade.

e) Ativo são bens e direitos de propriedade da empresa, trazem benefícios e geram ganhos para a empresa.

9) (VUNESP - 2014 - EMPLASA - Analista Administrativo - Ciências Contábeis). As demonstrações contábeis são elaboradas e apresentadas para usuários externos em geral, tendo em vista suas finalidades distintas e necessidades diversas. Nesse sentido, demonstrações contábeis elaboradas dentro do que prescreve a Estrutura Conceitual Contábil, de acordo com as normas contábeis vigentes, objetivam:

a) fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões econômicas e avaliações por parte dos usuários em geral.

b) fornecer informações exclusivamente para controle fiscal, tendo em vista o regime de tributação da empresa.

c) registrar atos e fatos econômicos e financeiros de uma determinada entidade.

d) controlar os bens, direitos e obrigações de uma entidade e, por consequência, de seus sócios, quotistas ou investidores.

e) manter controles que serão utilizados pelos órgãos controladores tais como CVM, CRC, BACEN, Anvisa, Anatel, entre outros.

10) (CFC - 2017 - CFC - Perito Contábil) De acordo com a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL, sobre posição patrimonial e financeira (4.4; 4.5; 4.8 e 4.9), aprovada pela Resolução CFC 1.374/2011, julgue os itens abaixo como Verdadeiro (V) ou Falso (F).

I. Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade.

II. Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos

passados e do qual se exijam lucros econômicos que podem ser convertidos em moeda.

III. Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

IV. Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados e presentes que devem ser liquidados em moeda corrente, cujos efeitos patrimoniais foram permutativos.

A sequência CORRETA é:

- a) V, V, F, F.
- b) V, F, F, V.
- c) V, F, V, F.
- d) F, F, V, V.

11) (Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul - RS SEFAZ/RS 2018). Se, ao final de determinado ano, o ativo de uma empresa era de R\$ 60.000 e o passivo, de R\$ 200.000, então o valor de seu patrimônio líquido era:

- a) negativo em R\$ 140.000.
- b) negativo em R\$ 260.000.
- c) igual a R\$ 260.000
- d. igual a R\$ 200.000
- e) igual a R\$ 140.000.

12) (Tribunal Regional Eleitoral da Bahia TRE/BA 2017). Ao analisar a equação patrimonial de uma empresa, um técnico em contabilidade constatou que o valor total do passivo correspondia ao dobro do valor do patrimônio líquido.

Nessa situação hipotética,

- a) o total do ativo da empresa equivale a três vezes o total do patrimônio líquido.
- b) o total do passivo da empresa é igual a um terço do total do ativo.
- c) o total do ativo da empresa corresponde a duas vezes e meia o total do passivo a empresa está com o passivo a descoberto.
- d) o total do patrimônio líquido da empresa é igual à metade do total do ativo.

13) Em 01/01/2016, Manuel e Joaquim resolvem formar uma sociedade empresária. Na ocasião, o contrato social estabelecia que cada sócio contribuiria com R\$ 50.000 para a formação do capital social da entidade. Naquela data, entretanto, cada sócio contribuiu efetivamente com R\$ 40.000, sendo que Manuel integralizou sua parcela mediante a entrega de um imóvel para ser utilizado pela sociedade empresária e Joaquim, mediante a entrega do montante em dinheiro. Assinale a opção que indica os lançamentos contábeis gerados.

- a) D- Ativo Circulante: R\$ 50.000; D- Ativo Imobilizado: R\$ 50.000; C- Capital Social: R\$ 100.000.
- b) D- Ativo Circulante: R\$ 40.000; D- Ativo Imobilizado: R\$ 40.000; C- Capital Social: R\$ 80.000.
- c) .D- Ativo Circulante: R\$ 40.000; D- Ativo Imobilizado: R\$ 40.000; D- Capital Social a Integralizar: R\$ 20.000; C- Capital Social Subscrito: R\$ R\$ 100.000.
- d) D- Ativo Circulante: R\$ 50.000; D- Ativo Imobilizado: R\$ 50.000; C- Capital Social a Integralizar: R\$ 20.000; C- Capital Social: R\$ 80.000.
- e) D- Ativo Circulante: R\$ 50.000; D- Investimentos: R\$ 50.000; C- Capital Social a Integralizar: R\$ 20.000; C- Capital Social: R\$ 80.000.

14) (Defensoria Pública do Estado do Mato Grosso - MT DPE/MT 2015) As contas

integrantes do patrimônio líquido, evidenciadas na demonstração das mutações do patrimônio líquido, podem sofrer variações por itens que afetam o patrimônio total e por itens que não o afetam. Assinale a opção que apresenta um item que afeta o patrimônio total.

- a) Aumento de capital com utilização de lucros.
- b) Compensação de prejuízos com reservas.
- c) Ajuste de avaliação patrimonial.
- d) Reversão de reserva patrimonial para a conta de Prejuízos Acumulados.
- e) Apropriação do lucro líquido do exercício por meio da conta de Lucros para formação de Reserva para Contingências.

15) (Ministério Público de São Paulo - SP MPE/SP 2019) Determinada entidade, realizando um levantamento patrimonial, constatou a existência de dois veículos no valor de R\$ 40.000,00 cada um; um imóvel, que usa como sede, no valor de R\$ 200.000,00; estoques de mercadorias para revenda, no valor de R\$ 100.000,00; móveis e utensílios no valor de R\$ 50.000,00; uma máquina já sem utilidade, totalmente depreciada, comprada por R\$ 40.000,00, por cuja retirada concordou em pagar R\$ 2.000,00, em 45 dias; uma dívida com os fornecedores de mercadorias, para pagamento em trinta dias, no valor de R\$ 50.000,00; impostos a pagar no valor de R\$ 27.000,00; duplicatas descontadas junto ao banco no valor de R\$ 50.000,00, por cujo pagamento a entidade é responsável junto ao banco. Nesse contexto, o patrimônio líquido dessa entidade é de:

- a) R\$ 430.000,00.
- b) R\$ 480.000,00.
- c) R\$ 301.000,00.
- d) R\$ 261.000,00.

e) R\$ 383.000,00.

16) O patrimônio líquido pode ser estudado de diferentes perspectivas, como, por exemplo, dos pontos de vista legal, contábil e econômico. Considerando-se essas vertentes, é correto afirmar:

a) contabilmente, o patrimônio líquido corresponde à diferença entre ativos totais e passivos exigíveis.

b) economicamente, o patrimônio líquido é o valor de mercado de uma entidade.

c) legalmente, o patrimônio líquido pode ser entendido como o valor de responsabilidade dos sócios em relação às obrigações de uma entidade, no caso de uma empresa S.A.

d) o patrimônio líquido contábil é o conjunto dos fluxos de caixa futuros da entidade trazidos a valor presente pelo seu custo de oportunidade. Economicamente, o patrimônio líquido é obtido trazendo os fluxos de resultados previstos a valor presente pelo seu custo de oportunidade.

Gabarito

Agora chegou o momento de verificar o seu desempenho nas questões ao final deste capítulo.

1) A

2) C

3) A

4) B

5) B

6) A

7) A

8) D

9) A

10) C

11) A

12) A

13) C

14) C

15) C

16) A

NO PRELO

3



Demonstrações Contábeis

Agora que você conhece a contabilidade e alguns de seus conceitos fundamentais, neste capítulo vamos abordar um pouco sobre o Pronunciamento Contábil (CPC) 26, especial para tratar sobre a base para a apresentação das demonstrações contábeis.. Esse Pronunciamento estabelece requisitos gerais para a apresentação das demonstrações contábeis, diretrizes para a sua estrutura e os requisitos mínimos para seu conteúdo.

Afinal, qual a finalidade das demonstrações contábeis?

As demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade. O objetivo das demonstrações contábeis é proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas. As demonstrações contábeis também objetivam apresentar os resultados da atuação da administração, em face de seus deveres e responsabilidades na gestão diligente dos recursos que lhe foram confiados. Para satisfazer a esse objetivo, as demonstrações contábeis proporcionam informação da entidade acerca do seguinte:

- Ativos;
- Passivos;
- Patrimônio Líquido;
- Receitas e Despesas, incluindo ganhos e perdas;

- Alterações no capital próprio mediante integralizações dos proprietários e distribuições a eles;
- Fluxos de caixa.

Desta forma, para satisfazer os interessados nessas informações econômicas e financeiras supracitadas, a contabilidade disponibiliza as seguintes demonstrações Contábeis:

- Balanço Patrimonial; (BP)
- Demonstração do Resultado do Exercício (DRE);
- Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA);
- Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL);
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- Demonstração do Valor Adicionado (DVA);
- Demonstração do Resultado Abrangente (DRA).

Observações

A legislação societária admite a inclusão da DLPA na DMPL. As empresas que elaboram e publicarem DMPL estão dispensadas da apresentação em separado da DLPA, uma vez que esta, obrigatoriamente, estará incluída naquela.

Vale salientar que a obrigatoriedade de elaboração das demonstrações contábeis está contida na legislação do Imposto sobre a Renda, artigo 274 do 9.480/2018 (RIR/2018); na legislação societária - artigo 176, I a V, da Lei nº 6.404/1976; na norma do contábeis emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - Resolução CFC nº 1.185/2009 (NBC TG 26), alterada pela Resolução nº 1.376/2011; e na Deliberação CVM nº 676/2011.

A legislação societária determina, ainda, no seu artigo 176, § 4º, da Lei nº 6404/1976, que as demonstrações contábeis em geral devem ser

complementadas por Notas Explicativas e outros quadros analíticos necessários para o esclarecimento da situação patrimonial e do resultado do exercício. A NBC TG 26, item 10, letra 'e', também inclui as Notas Explicativas entre os elementos que integram o conjunto das demonstrações contábeis obrigatórias.

Muitas empresas apresentam na prestação anual de contas o Relatório da Administração explicando as características principais do seu desempenho financeiro, dos riscos e das incertezas que enfrentam as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas que as acompanham, o relatório dos Auditores Independentes (caso tenha) e também do Parecer do Conselho Fiscal (caso tenha). Ainda, podem apresentar informações adicionais, como o Balanço Social, relatórios sobre custos e outros elementos relacionados a questões sociais, ambientais e laborais da empresa, particularmente em setores industriais.

Vamos juntos, conhecer um pouco mais sobre estas demonstrações?

Balanço Patrimonial

Como já vimos no Capítulo 2, esta é a demonstração contábil destinada a evidenciar, qualitativa e quantitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da entidade. Sendo como uma grande foto econômica e financeira do seu negócio em um determinado momento. É o que você precisa para analisar o comportamento do dinheiro em sua empresa e entender o que ela precisa no momento. O principal objetivo do balanço patrimonial é explicar de onde vêm e para onde vão os recursos econômicos e financeiros recebidos pela empresa. Assim, o gestor pode tomar decisões que tornem esta movimentação cada vez mais benéfica ao crescimento da entidade.

Como vimos anteriormente, o Balanço pode ser dividido nas seguintes partes:

Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. Portanto, faz-se necessário compreender a lógica utilizada para movimentar as contas que são apresentadas nessa demonstração contábil. Essa movimentação ocorre através do lançamento contábil por partidas dobradas que é a forma como a Contabilidade registra os fatos que afetam (ou que possam vir a afetar) o patrimônio da entidade. Ademais, o método das partidas dobradas é outro ponto relevante neste aspecto, pois ele é a razão pela qual, na Contabilidade, todo o débito possui um crédito correspondente, em outras palavras, a soma de todos os valores debitados é sempre igual à soma de todos os valores creditados.

Segue abaixo uma representação e como se movimentam as contas do Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido.

Ativo

Crédito ↑ Ativo aumenta a Débito
Débito ↓

Passivo

Crédito ↑ Passivo aumenta a crédito e diminuí a débito
Débito ↓

PL

Crédito ↑ Patrimônio Líquido aumenta a crédito e diminuí a débito
Débito ↓

Demonstração do Resultado

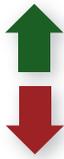
Esta demonstração é dinâmica uma vez que se destina a evidenciar a formação do resultado líquido, através do confronto das receitas, custos e resultados, apurados segundo o regime de competência.

A demonstração do resultado do exercício oferece uma síntese financeira dos resultados operacionais e não operacionais de uma empresa em certo período. Embora sejam elaboradas anualmente para fins legais de divulgação, em geral são feitas mensalmente para fins administrativos e, trimestralmente para fins fiscais, de acordo com as exigências legais.

Receita

Crédito

Débito



Despesa

Débito

Crédito



Esta importante ferramenta contábil é utilizada para verificar a saúde econômica e financeira de uma empresa, ou seja, ela mostra qual lucro (ou prejuízo) após realizar o planejado.

Esse tipo de controle financeiro ajuda os gestores a terem visão mais realista sobre as decisões que devem ser tomadas, a fazer provisões mais realistas e, a saber, se existe viabilidade econômica para determinados investimentos, por exemplo.

Demonstração dos Lucros ou Prejuízos acumulados (DLPA) e Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

A Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) é tratada na seção IV da Lei 6.404/76, que dispõe sobre o tema:

Art. 186. A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados discriminará:

I - o saldo do início do período, os ajustes de exercícios an-

teriores e a correção monetária do saldo inicial;

II - as reversões de reservas e o lucro líquido do exercício;

III - as transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao fim do período.

§ 1º Como ajustes de exercícios anteriores serão considerados apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

§ 2º A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados deverá indicar o montante do dividendo por ação do capital social e **poderá ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido**, se elaborada e publicada pela companhia.

Abaixo, exemplifica-se a DLPA simplificada com sua estrutura conforme a Lei n.º 6.474/1976:

DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS (DLPA)	Saldos R\$
1. Saldo Acumuladodo exercício do ano anterior	
2. Ajustes de exercícios anteriores	
3. Lucro líquido do exercício (Ano de 2018)	
Incorporação ao capital	
4. Destinação do lucro	
4.1 Transferência para reservas	
4.2 Distribuição dos lucros	
5. Saldo Acumulado Atual (Saldo final de 2018)	

O parágrafo 2.º da Lei 6404/76 acima mencionado, afirma que a DLPA poderá ser incluída na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, por ser esta uma demonstração contábil que abrange todas as contas do patrimônio líquido, inclusive os lucros ou prejuízos acumulados.

Sendo assim, as mudanças que ocorrem no patrimônio líquido da empresa são relacionadas na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), entre as quais a integralização do capital, a destinação de resultados do período, o acréscimo ou redução das reservas da empresa.

A Resolução nº 1.185 ou a NBC TG 26, publicada pelo Conselho Federal de Contabilidade em 2009, que regulamentou o já mencionado CPC 26, trata sobre a estrutura para divulgação da DMPL, que, através disposição das contas do patrimônio líquido em colunas, evidencia coluna apropriada à movimentação ocorrida na conta Lucro ou Prejuízos Acumulados, sendo esta substituta da DLPA.

Principais informações divulgadas na DMPL

- Saldos existentes no início do período
- Acréscimo de capital
- Ajustes realizados em exercícios passados
- Compensações de prejuízos
- Destino do lucro líquido no exercício
- Distribuição de lucros
- Reavaliação dos ativos
- Redução de capital
- Resultado líquido do exercício
- Transferências e reversões de lucros e reservas
- Saldos no final do exercício

Elementos que alteram o total do Patrimônio Líquido

- Acréscimo pelo lucro ou redução pelo prejuízo líquido;
- Aumento decorrente da reavaliação de ativos;
- Aumento ou diminuição por ajuste de anos anteriores;
- Aumento pelo valor da alienação de partes beneficiárias e bônus subscritos;
- Aumento por subvenções e doações;
- Aumento por prêmio recebido em debêntures;
- Aumento por subscrição e integralização de capital;
- Diminuição por ações próprias adquiridas ou aumento pela venda das ações;
- Diminuição por parcelas do lucro

- apurado;
- Recebimento de valor superior ao valor nominal da integralização de ações ou o preço de ações emitidas sem valor nominal.

Elementos que não alteram o Patrimônio Líquido

- Acréscimo de capital com o uso dos lucros e reservas;
- Utilização do lucro líquido do exercício diminuindo a conta lucros acumulados para a composição de reservas;
- Compensação de prejuízos com a utilização de reservas;
- Reversão das reservas patrimoniais à conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

Elementos que alteram o total do Patrimônio Líquido

- Acréscimo pelo lucro ou redução pelo prejuízo líquido;
- Aumento decorrente da reavaliação de ativos;
- Aumento ou diminuição por ajuste de anos anteriores;
- Aumento pelo valor da alienação de partes beneficiárias e bônus subscritos;
- Aumento por subvenções e doações;
- Aumento por prêmio recebido em debêntures;
- Aumento por subscrição e integralização de capital;
- Diminuição por ações próprias adquiridas ou aumento pela venda das ações;
- Diminuição por parcelas do lucro apurado;
- Recebimento de valor superior ao valor nominal da integralização de ações ou o preço de ações emitidas sem valor nominal.

Elementos que não alteram o Patrimônio Líquido

- Acréscimo de capital com o uso dos lucros e reservas;
- Utilização do lucro líquido do exercício diminuindo a conta lucros acumulados para a composição de reservas;
- Compensação de prejuízos com a uti-

DLPA X DMPL

A elaboração da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido é facultativa, sob o ponto de vista da Lei n.º 6.404/1976, conforme se depreende do artigo 186, parágrafo 2º, da referida Lei. Entretanto, a CVM – Comissão de Valores Mobiliários tornou a DMPL obrigatória para as sociedades anônimas através da Instrução Normativa n.º 59/1986.

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Dentro de uma perspectiva mercadológica, todos os produtos e serviços oferecidos por uma empresa valem mais do que a soma dos fatores utilizados em sua produção. Assim, o valor agregado dá origem ao lucro da empresa, representa a riqueza que foi gerada durante o período de mensuração dos negócios do empreendimento. Dentro da contabilidade, é possível medir econômica e financeiramente esse valor, através da Demonstração do Valor Adicionado.

Isso posto, o referido demonstrativo contábil evidencia de maneira sucinta, o valor gerado por uma empresa em determinado período, assim como a sua distribuição entre todos aqueles que participaram de sua produção. Como o próprio nome sugere, a DVA evidencia o quanto de riqueza foi adicionado aos ativos da entidade em um período de tempo.

Esse acréscimo de riqueza, chamado de valor adicionado, é igual a diferença entre o custo que a empresa teve para produzir e tudo que ela efetivamente produziu de bens e serviços no final do processo. Dessa forma, a DVA detalha especificamente quem contribuiu para gerar esse valor e como ele foi distribuído entre todos os envolvidos diretamente ou indiretamente na sua geração, como fornecedores, funcionários, financiadores, sócios e o governo são exemplos.

Para elaborar a Demonstração do Valor Adicionado, são utilizadas, principalmente, as informações disponíveis na Demonstração de Resultado do Exercício da empresa. Além disso, por se tratar de uma análise temporal, a Demonstração do Valor Adicionado deve ser apresentada de forma comparativa. A DVA deve

contrapor o valor adicionado entre um período e outro, mostrando a evolução absoluta (numeral) e relativa (percentual) entre os períodos.

Os cálculos para elaboração da DVA começam pelas receitas operacionais e não operacionais que a empresa recebeu. Já no segundo grupo, são informados os insumos, matérias-primas e todas as despesas operacionais realizadas pela empresa durante o período. A diferença entre os valores dos dois grupos será igual ao valor adicionado bruto. Porém, desse valor são descontadas as demais despesas não operacionais da empresa – como amortizações, depreciações e exaustão, chegando-se ao valor adicionado líquido produzido pela organização.

A seguir, a DVA detalha como esse valor adicionado foi distribuído. Isto é, mostra exatamente quanto desse valor foi destinado para pagar salários e benefícios (funcionários), impostos (governo), remuneração de terceiros (bancos, locadores, financiadores) e finalmente, o lucro distribuído entre os acionistas ou sócios. A estrutura da DVA é formada de acordo com o seguinte modelo:

Demonstração do valor adicionado

EM MILHARES DE REAIS (R\$)	20×7	20×8
Descrição		
1. Receitas		
1.1. Vendas de mercadoria, produtos e serviços		
1.2 Provisão p/ devedores duvidosos - Reversão / (Constituição)		
1.3 Não operacionais		
2. Insumos adquiridos de terceiros (inclui CMS e IPI)		
2.1 Matérias-primas consumidas		
2.2 Custos das mercadorias e serviços vendidos		
2.3 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.4 Perda/ recuperação de valores ativos		
3. Valor adicionado bruto (1-2)		
4. Retenções		
4.1 Depreciação, amortização e exaustão		
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)		
6. Valor adicionado recebido em transferência		

6.1 Resultado de equivalência patrimonial		
6.2 Receitas financeiras		
7. Valor adicionado total a distribuir (5+6)		
8. Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos		
8.2 Impostos, taxas e contribuições		
* O total do item 8 deve ser exatamente igual ao do item 7		

Demonstração do Resultado Abrangente (DRA)

Nem sempre é fácil entender qual é o real lucro ou prejuízo de um empreendimento, não é mesmo? Nesse contexto uma das ferramentas à disposição dos usuários da informação contábil que melhor esclarece o real resultado econômico (lucro ou prejuízo) é a Demonstração do Resultado Abrangente - DRA. A RA integra o conjunto das demonstrações contábeis de uma empresa, de acordo a legislação societária.

Dessa forma, pode-se definir a DRA a demonstração contábil que abrange todos elementos de receitas, custos e despesas do período corrente, bem como as outras receitas e despesas que, em razão de ainda não atender o regime de competência, transitaram pelo patrimônio líquido. A isso é o que se denomina de conceito de resultado econômico globalizante. A DRA inclui todas as mudanças no patrimônio durante o período, exceto aquelas resultantes de investimentos dos sócios e distribuições aos sócios.

Em termos práticos, o resultado abrangente visa apresentar os ajustes efetuados no Patrimônio Líquido como se fossem resultado da empresa, por exemplo, a conta ajuste da avaliação patrimonial, registra as modificações de ativos e passivos a valor justo, que pelo princípio da competência não entram na DRE. No entanto, na DRA estas variações serão computadas, a fim de apresentar o resultado mais próximo da realidade econômica da empresa.

O CPC 26, transformado em norma contábil pelo CFC através da edição da NBC TG 26, estabelece que o resultado abrangente seja calculado a partir do re-

sultado líquido apurado na DRE, assim a Demonstração do Resultado Abrangente deve, no mínimo, incluir as seguintes rubricas:

- Resultado líquido do período;
- Cada item dos outros resultados abrangentes classificados conforme sua natureza;
- Parcela dos outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecida por meio do método de equivalência patrimonial; e
- Resultado abrangente do período.

Além disso, o CPC 26 (NBC TG 26) preceitua que a apresentação dos outros resultados abrangentes deve ser feita separada da DRE. No entanto, considerando que no Brasil, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido(DMPL) é obrigatória para as companhias abertas, existe ainda, a possibilidade de a Demonstração do Resultado Abrangente ser apresentada como parte da DMPL.

A própria regulamentação emitida pelo CFC, através da NBC TG 26 autoriza tal publicação quando diz: “A demonstração do resultado abrangente pode ser apresentada em quadro demonstrativo próprio ou dentro das mutações do patrimônio líquido”

Entretanto, a entidade deve divulgar o montante do efeito tributário relativo a cada componente dos outros resultados abrangentes, incluindo os ajustes de reclassificação na Demonstração do Resultado Abrangente ou nas notas explicativas. Assim, os componentes dos outros resultados abrangentes podem ser apresentados:

- a) líquidos dos seus respectivos efeitos tributários; ou
- b) antes dos seus respectivos efeitos tributários.

Entretanto, dever ser apresentado em montante único o efeito tributário total relativo a esses componentes.

Por serem voltadas a um público externo e não necessariamente com grandes conhecimentos em Contabilidade, estas informações precisam ser claras, permitindo maior transparência para melhor compreensão por parte do investidor. Acrescenta-se que sempre é necessário que as informações divulgadas sejam relevantes, fiéis aos fatos econômicos e financeiros, neutras e tempestivas.

A DRA precisa conter, simplificadamente, os seguintes itens:

- 1) resultado líquido do período;
- 2) especificação de cada um dos itens dos resultados abrangentes, de acordo com a sua natureza;
- 3) os tributos incidentes;
- 4) o resultado abrangente do período; e
- 5) a distribuição da parcela do resultado abrangente aos sócios controladores e não controladores.

Os principais itens que compõem os denominados “outros resultados abrangentes”, que devem compor a DRA, são os seguintes:

- a) variações na reserva de reavaliação, quando permitidas legalmente;
- b) ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício a Empregados;
- c) ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior;
- d) ganhos e perdas na variação do valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda;
- e) parcela efetiva de ganhos ou perdas advindos de instrumentos de hedge em operação de hedge de fluxo de caixa.

Em caso de reclassificação de itens presentes em outros resultados abrangentes, a empresa ainda precisará divulgar as mudanças em notas explicativas.

Modelo de DRA exemplificativo

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	2XX8
Lucro líquido do período	
Parcela dos sócios da Controladoria	
Parcelados não controladores	
Ajustes de Instrumentos Financeiros	
Tributos sobre ajustes de Instrumentos Financeiros	
Equivalência Patrimonial sobre ganhos abrangentes de Coligadas	
Ajustes de Conversão do Período	
Tributos sobre ajustes de Conversão do Período	
Outros resultados abrangentes antes da reclassificação	
Ajustes de Instrumentos Financeiros	
Reclassificação para Resultados	
Outros resultados abrangentes	
Parcela dos sócios da Controladoria	
Parcela dos não controladores	

Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

A Demonstração do Fluxo é o relatório financeiro que demonstra o fluxo das entradas e saídas de ativos e passivos, receitas e despesas em termos monetários, durante determinado período. E conseqüentemente, evidencia as razões das variações ocorridas nos saldos das disponibilidades entre dois períodos. Ela tem a função de otimizar o controle do fluxo monetário.

Portanto, a referida demonstração auxilia diretamente a tomada de decisões relacionadas ao futuro da empresa, em termos financeiros. Sejam essas decisões relativas a novos investimentos, ou até corte de gastos, essa demonstração se revela instrumento de suma importância para os gestores da empresa.

Afinal, de que adianta ter dinheiro em caixa, ter imóveis e outros patrimônios, sem a devida gestão rentável para a empresa? O fluxo de caixa tem exatamente a função de ajudar a administração da empresa no controle criterioso de todos

os valores que entram nas suas disponibilidades, a exemplo dos recebimentos de venda, receitas de juros, aluguéis recebidos, empréstimos contraídos, entre outros. Mas, também, de todos os valores que saem dessas mesmas disponibilidades, tais como os pagamentos a funcionários, fornecedores, compra de materiais, tributos, dentre vários outros.

A DFC é obrigatória para empresas de capital aberto e as de capital fechado com patrimônio líquido superior a R\$ 2.000.000,00. E também para as Pequenas Empresas. A Demonstração de Fluxo de caixa apresentada anualmente.

A NBC TG 15 que trata da DFC propõe dois modelos para sua elaboração, o direto e o indireto. O modelo indireto é mais utilizado para fins de publicação pelas empresas em seus relatórios anuais.

No que se refere à estrutura da Demonstração de Fluxo de Caixa, a norma contábil aplicável recomenda três grupos de itens que explicam a variação das disponibilidades entre dois períodos, econômica e financeiramente: a) atividades operacionais; b) atividades de investimentos; e c) atividades de financiamento, que serão analisados a seguir.

Atividades operacionais

As atividades operacionais da DFC abrangem os gastos e despesas relacionados às atividades geradoras de receita da empresa. Dentre eles, as contas a pagar e receber, impostos e outros. Podem ser pagamentos a fornecedores ou recebimentos de clientes, por exemplo. Por serem recursos ligados a atividade principal da empresa, tem associação direta com o capital circulante líquido.

Assim, o cálculo dessas atividades se dá pelo valor utilizado para produzir e vender o produto ou realizar o serviço menos o valor recebido por eles. Estão relacionadas, normalmente, ao ativo e passivo circulante.

Atividades de investimento

Essas são atividades ligadas a investimentos realizados pela empresa relativos a patrimônios de longo prazo. Sejam eles de compra de imóveis, móveis,

veículos e investimentos financeiros. Ou então de recebimento de algum valor relacionado. São patrimônios de longo prazo porque para ser considerado atividade de investimento ele não pode ter sido comprado com a intenção de venda rápida. Em virtude disso, estão relacionadas diretamente ao ativo não circulante.

Atividades de Financiamento

Essas atividades se referem ao passivo circulante e não circulante juntamente com as variações ocorridas no patrimônio líquido, que não sejam provenientes do resultado do exercício. Ou do passivo, estão incluídos nessas atividades financiamentos e empréstimos.

É válido acrescentar que no Patrimônio Líquido são consideradas as novas entradas que são os aportes de capital dos sócios atuais, ou pela entrada de novos sócios.

Para elaboração da DFC deve se ter como referência da Demonstração do Resultado do Exercício. Logo para o modelo indireto, o procedimento é iniciar pelo item Atividades Operacionais, tomando o resultado líquido do exercício, e ajustando-o com os itens da DRE que não afetam as disponibilidades, tais como a depreciação, amortização, resultado positivo ou negativo de equivalência patrimonial, etc., obtendo-se daí o que se denomina de lucro ajustado. Segue-se, então com os demais itens que efetivamente afetam positiva ou negativamente as disponibilidades. Por se tratar de uma demonstração dinâmica, a soma dos três grupos de itens deverá ser igual ao montante da variação dos saldos de disponibilidades entre a data inicial e a data final considerada.

Já o modelo direto, tem o mesmo objetivo de alcançar o montante da variação dos saldos das disponibilidades entre os dois períodos considerados, utilizando os mesmos grupos de itens em sua estrutura. Entretanto, o modelo direto não utiliza o resultado do exercício, pois, o mesmo evidencia os recebimentos e os pagamentos realizados no período. Assim, o grupo Atividades Operacionais se inicia com o montante dos recebimentos efetivos que ocorreram no período, com base na receita líquida de venda ou de serviços, fazendo-se o encontro de contas

com os montantes registrados em Contas a Receber (Clientes) do balanço patrimonial, existente na data inicial e na data final. Seguindo-se com os pagamentos realizados a fornecedores, empregados, tributos, etc., o mesmo procedimento se aplica aos demais grupos de itens até demonstrar a variação entre os saldos das disponibilidades entre as datas utilizadas para a DFC.

Nesse contexto é mister mencionar que temos duas formas de elaborar a DFC: pelo método direto ou indireto.

O principal contraste entre os dois métodos é que o direto informa os resultados brutos da empresa e, por outro lado, o indireto aponta os resultados líquidos. As vantagens desse método é a simplicidade da sua formação, sendo capaz de mostrar de forma clara o desempenho da empresa e o seu possível lucro.

Notas Explicativas

Embora pareça um termo genérico em contabilidade, as Notas Explicativas são instrumentos fundamentais que dão maior clareza às demonstrações contábeis.

Isso acontece porque elas trazem informações descritivas e complementares aos demonstrativos como: critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, práticas contábeis adotadas, ajustes em relação às demonstrações de anos anteriores dentre outros aspectos.

A função principal das Notas Explicativas é tornar claras as informações das demonstrações contábeis e elucidar os fatos mais relevantes ocorridos durante o exercício financeiro contemplado. Ou seja, elas servem de suporte à compreensão de qualquer interessado nas atividades financeiras da empresa para os usuários da contabilidade.

As Notas Explicativas estão previstas legalmente desde 1976 pelo § 4º do artigo 176 da Lei 6.404. E ganharam ainda mais importância a partir de 2007, quando o Brasil aderiu às Normas Internacionais de Contabilidade. Com a publicação das Leis 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e 11.941, de 27 de maio de

2009 e do CPC 26, os critérios para uso das Notas Explicativas passaram a ser mais claros e normatizados. Inclusive é importante mencionar que as micro e pequenas empresas também deverão elaborar as notas explicativas, conforme o estabelecido na NBC TG 1000.

Sob esta ótica, em geral, as Notas Explicativas para demonstrativos contábeis devem seguir a seguinte estrutura:

1. Apresentação resumida sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis adotadas e aplicadas no negócio e em eventos relevantes.

Consiste na divulgação das práticas utilizadas como base de mensuração dos valores apresentados e de outras práticas que possam ser consideradas importantes;

2. Divulgação de informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e que não são apresentadas ou evidenciadas em outra parte do demonstrativo.

Trata dos julgamentos utilizados no demonstrativo que envolvem estimativas, aplicadas nos processos das práticas contábeis adotadas pela empresa ou entidade, e que podem ter influência nos resultados obtidos;

3. Fornecimento de quaisquer informações adicionais não especificadas, mas ainda necessárias ou importantes para total compreensão da demonstração.

Trata da divulgação de informações e pressupostos relativos à questões como: futuro da empresa, saúde financeira, projeções para exercício financeiro do próximo ano, comparativos com exercícios de anos anteriores, entre outras informações adicionais.

Por fim, é exigido que sejam indicados dentro da estrutura citada:

- Os investimentos relevantes em outras sociedades anônimas;
- O aumento do valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações;
- Os ônus reais, constituídos sobre elementos do ativo, garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes;
- As taxas de juros, datas de vencimento e garantias das obrigações a longo prazo;
- O número, espécies e classes das ações do capital social;
- As opções de compras de ações outorgadas e exercidas;
- Os ajustes de exercícios anteriores; e
- Os eventos subsequentes ao encerramento do exercício, que tenham ou possam ter efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da empresa.

O que é Debitar e Creditar?

Debitar significa anotar na coluna do Débito de uma conta, para aumentar o seu valor (se a conta representa um Bem ou um Direito), ou para diminuir seu valor (se a conta representa uma obrigação).

Creditar significa registrar uma importância na coluna de Crédito de uma conta, para aumentar seu valor (se a conta representa uma obrigação), ou para diminuir seu valor (se a conta representa um Bem ou Direito).

Você Sabia?

Quando uma empresa descumpra a regra e não faz o balanço patrimonial, ela fica impossibilitada de utilizar esse documento como prova de defesa em processos tributários, fragilizando qualquer estratégia jurídica nessa área.

Além disso, também não pode distribuir lucros isentos acima da presunção, pois não há forma de evidenciar esse lucro. A presunção limita os lucros para até 8% do faturamento em indústria e comércio e 32% nos serviços. Por fim, sem o Balanço Patrimonial a empresa não pode entrar com um requerimento de recuperação judicial. E, apesar de não estar diretamente relacionado a legislação, é importante destacar que sem um balanço patrimonial uma eventual saída de um sócio pode ser uma operação bem mais complicada.

NO PRELO



Questões de Fixação 2

1) Segundo a NBC ITG 2002(R1), as demonstrações contábeis que devem ser divulgadas são:

- a) Balanço Patrimonial, a Demonstração dos Resultados Acumulados, a Demonstração do Resultado do Período;
- b) Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas;
- c) Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período e Fluxo de Caixa;
- d) Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período e Demonstração das mutações do Patrimônio Social

2) (SANASA - Campinas - 2019)

I- A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) deve ser elaborada por toda empresa constituída sob a forma jurídica de Sociedade por Ações.

II - A distribuição da riqueza criada pela empresa deve ser detalhada de forma mínima entre: Pessoal e Encargos; Impostos, taxas e contribuições; juros e aluguéis; Juros sobre capital próprio e dividendos; e lucros retidos/prejuízo do exercício.

III - A Formação de Riqueza das entidades é formada por: Receitas; Insumos adquiridos de terceiros; e valor adicionado recebido em transferência.

IV - Na distribuição das riquezas os valores depositados no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) devem ser registrados no grupo Impostos, taxas e contribuições.

Está correto o que consta APENAS de

- a) I e II.
- b) I, III e IV.
- c) II e III.
- d) II, III e IV.
- e) III e IV.

3) (CFC - 2019 1º Exame) O art. 176 da Lei nº 6.404/1976 estabelece que “ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício [...]” (BRASIL, 1976). Dentre essas demonstrações, é listada a demonstração do valor adicionado, aplicável às companhias abertas. A Demonstração do Valor Adicionado pode ser utilizada como ferramenta gerencial que serve para informar o usuário da informação contábil do(a)(s)

- a) contas de depreciação, correspondentes à perda do valor dos direitos que têm por objeto bens físicos sujeitos a desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.
- b) saldo inicial do período e os ajustes de exercícios anteriores; as reversões de reservas e o lucro líquido do exercício; as transferências para reservas, dividendos, parcela de lucros incorporada ao capital e saldo final do exercício.
- c) alterações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, uma vez que apresenta a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como as necessidades da utilização desses fluxos.

d) índice de avaliação do desempenho na geração da riqueza, ao medir a eficiência na utilização dos fatores de produção; e do desempenho social, ao demonstrar na distribuição da riqueza gerada a participação dos elementos que contribuíram para sua geração.

4) (Cemig-MG - 2018) A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta os efeitos das transações que afetam o caixa e equivalentes de caixa no período, distribuído em 3 grupos. Esse conjunto de grupos está indicado corretamente em:

- a) atividades administrativas; atividades de investimento; atividades financeiras.
- b) atividades de caixa; atividades de financiamento; atividades administrativas.
- c) atividades financeiras; atividades de caixa; atividades operacionais.
- d) atividades operacionais; atividades de investimento; atividades de financiamento.

5) (Departamento Estadual de Trânsito - CE DETRAN/CE) Numa demonstração de resultado do exercício, o lucro bruto é obtido pela diferença entre a:

- a) Receita Operacional Bruta e a Receita Operacional Líquida.
- b) Receita Operacional Líquida e as Despesas Operacionais.
- c) Receita Operacional Líquida e os Custos das Vendas.
- d) Receita Operacional Bruta e as Deduções da Receita Bruta.

6) (Ministério Público de Alagoas - AL MPE/AL 2018) As contas listadas a seguir podem ser classificadas como Receitas Financeiras na elaboração da Demonstração do Resultado do Exercício, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) Descontos obtidos.

- b) Receitas de títulos vinculados ao mercado aberto.
 - c) Receitas sobre outros investimentos temporários.
 - d) Prêmio de resgate de títulos.
 - e) Receita com equivalência patrimonial.
- 7) Julgue o item a seguir, a respeito das demonstrações financeiras. A demonstração do resultado do exercício deve ser elaborada em observância ao regime de competência.
- a) Certo
 - b) Errado
- 8) (Exame de Suficiência- CFC) Em relação ao conteúdo das Notas Explicativas, de acordo com a NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, é INCORRETO afirmar que o conjunto das Notas Explicativas apresenta:
- a) a divulgação da análise dos resultados e da posição financeira da sociedade e o parecer da diretoria.
 - b) a divulgação de informações requerida pelas normas, interpretações e comunicados técnicos que não tenha sido evidenciada nas demonstrações contábeis.
 - c) as informações adicionais que não tenham sido evidenciadas nas demonstrações contábeis, mas que sejam relevantes para sua compreensão.
 - d) as informações sobre a base para elaboração das demonstrações contábeis e das políticas específicas utilizadas.
- 9) (Exame de Suficiência- CFC) Uma sociedade empresária apresentou os seguintes dados de um determinado período:

Informações

- Despesas administrativas reconhecidas durante o período - R\$ 20.000,00
- Ganhos na remensuração de ativos financeiros disponíveis para venda líquidos dos tributos - R\$ 30.000,00
- Lucro bruto do período - R\$ 240.000,00
- Lucro líquido do período - R\$ 270.000,00
- Perdas derivadas de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior menos tributos sobre ajuste de conversão - R\$ 170.000,00
- Receita de vendas realizadas durante o período - R\$ 800.000,00
- Resultado do período antes das receitas e despesas financeiras - R\$ 230.000,00

Na Demonstração do Resultado Abrangente, elaborada a partir dos dados fornecidos, o valor do Resultado Abrangente é igual a:

- a) R\$90.000,00.
- b) R\$100.000,00.
- c) R\$110.000,00.
- d) R\$130.000,00.

10) (TRT 24° Região, FCC) Aumentam os saldos das contas de Patrimônio Líquido, Ativo e Passivo, os lançamentos nelas efetuados que representem, respectivamente:

- a) Crédito, Débito e Crédito.
- b) Crédito, Crédito e Débito.
- c) Débito, Débito e Crédito.
- d) Débito, Crédito e Débito.
- e) Crédito, Crédito e Crédito.

11) Conforme Art. 176, da Lei nº 6.404/76, as demonstrações contábeis devem ser elaboradas ao final de cada exercício social e devem apresentar a situação patrimonial da empresa com clareza, além de demonstrar as mutações ocorridas no exercício. Analise as afirmativas a seguir em relação as demonstrações e de valores Verdadeiro (V) ou Falso (F):

() as contas semelhantes podem ser agrupadas, nas demonstrações, independente dos saldos;

() as demonstrações devem ser complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos;

() as notas explicativas, dentre outras coisas, devem apresentar informações referente a base de preparação das demonstrações financeiras;

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

a) F, V, F

b) V, F, F

c) F, V, V

d) V, F, V

12) (CONSULPLAN - 2019 - CFC - Bacharel em Ciências Contábeis - 1º Exame)
De acordo com a NBC TG 26 (R5), o conjunto completo de demonstrações contábeis NÃO inclui:

a) Demonstração dos fluxos de caixa do período.

b) Demonstração do resultado abrangente do período.

c) Demonstração das origens e aplicações dos recursos

d) Notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

13) (CESPE - 2019 - SLU-DF - Analista de Gestão de Resíduos Sólidos - Ciências Contábeis) Com relação a notas explicativas às demonstrações financeiras, julgue o item subsecutivo, à luz dos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e da Lei n.º 6.404/1976 e suas alterações.

As notas explicativas às demonstrações contábeis devem tratar das informações relevantes que ocorrerem durante o exercício social e que possam afetar o processo de decisão dos usuários externos da informação.

- a) Certo
- b) Errado

14) Sobre as demonstrações contábeis, cpm base no conteúdo do Caítulo assinar a alternativa CORRETA:

- a) A demonstração do resultado do exercício é um relatório contábil que visa evidenciar as variações ocorridas em todas as contas que compõem o patrimônio líquido em um determinado período.
- b) A demonstração do valor adicionado é a demonstração financeira (contábil) destinada a evidenciar, quantitativa e qualitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da empresa.
- c) A demonstração da mutação do patrimônio líquido é um relatório contábil que tem por finalidade evidenciar: o lucro líquido do exercício e sua destinação; os ajustes contábeis relativos a resultados de exercícios anteriores; as reversões de reservas, bem como os saldos da conta lucros ou prejuízos acumulados no início e no final do período.
- d) A demonstração do balanço patrimonial é um relatório contábil que tem por fim evidenciar as transações ocorridas em um determinado período e que provocaram modificações no saldo de caixa e equivalentes de caixa.
- e) Para evitar um número excessivo de colunas na demonstração da mutação

do patrimônio líquido, as informações relativas ao capital social, as reservas de lucros e de capital poderão ser apresentadas englobadamente em seus respectivos grupos. Nesse caso, os fluxos de recursos de uma conta para outra, que revelam a origem de cada mutação, deverão ser informados em notas explicativas.

15) (CS-UFG - 2019 - IF Goiano - Técnico em Contabilidade) A demonstração dos fluxos de caixa deve apresentar os fluxos de caixa do período classificados por atividades. Quais são as atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no capital de terceiros da entidade?

- a) Atividades operacionais.
- b) Atividades de financiamento.
- c) Atividades de investimento.
- d) Atividades de mutação patrimonial.

16) (INSTITUTO AOCP - 2019 - UFPB - Técnico em Contabilidade) Assinale a alternativa que identifica o conceito de Caixa na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

- a) Na DFC, a conta caixa é composta meramente pelos saldos das Aplicações Financeiras de liquidez futura.
- b) O saldo da conta caixa representa unicamente a variação sofrida pela conta Banco referente ao exercício atual e comparando-o com o valor dos dois últimos exercícios sociais.
- c) O saldo do caixa representa simplesmente os numerários em espécie da conta caixa na DFC.
- d) A conta caixa é composta por aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

e) A conta caixa é representada pela soma dos saldos da conta Caixa, conta Banco e das contas de Aplicações Financeiras de liquidez imediata, assim, as aplicações feitas para resgate em prazo igual ou inferior a 90 dias.

NO PRELO

Gabarito

Agora chegou o momento de verificar o seu desempenho nas questões ao final deste capítulo.

- | | |
|------|-------|
| 1) B | 9) D |
| 2) C | 10) A |
| 3) D | 11) C |
| 4) D | 12) C |
| 5) C | 13) A |
| 6) E | 14) E |
| 7) A | 15) B |
| 8) A | 16) E |

NO PRELO

4



Modalidades Societárias mais Comuns

A Ciência Contábil é muito vasta e a multiplicidade de meios técnicos disponíveis para a gestão dos negócios, isso também ocorre pelo fato de existir diversas modalidades societárias com diferentes níveis de complexidade.

Já que aprendemos um pouco sobre as Demonstrações Contábeis, o papel do Contador e da Ciência Contábil, daremos um enfoque no que se refere aos principais tipos de empresas que são peças chave para direcionar os esforços do profissional contábil. O objetivo macro deste capítulo é abordar os tipos societários mais utilizados no Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Os primeiros tipos que conheceremos nesta seção serão o grupo das Micro e Pequenas empresas também conhecidas como MPE'S e se dividem em: Microempreendedor Individual, Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte (MPE's), de acordo com o Sebrae, este grupo de organização societária representa 99,2% das empresas brasileiras e ainda representa o percentual de 20% do Produto Interno Bruto, além da geração de 60% dos empregos no país. É nesse ambiente empresarial onde ocorre uma imensa demanda pelos serviços contábeis, abrangendo desde a escrituração contábil básica, as rotinas trabalhistas, os serviços tributários, entre outros.

Discorreremos a seguir sobre os aspectos societários básicos dessas MPE's e sobre as particularidades da legislação trabalhista e tributária a elas pertinentes.

Microempreendedor Individual (MEI)

O MEI foi criado a partir de 1 de Julho de 2008 e foi introduzido pela Lei Complementar 128/08 e inserido e pela Lei Complementar 123/06 também conhecida como Lei do Simples, propicia a formalização de empreendedores, esta modalidade societária foi instituída no Brasil com a finalidade de que os trabalhadores informais (trabalho sem vínculos registrados na carteira de trabalho ou documentação equivalente) estejam dentro da Legalidade e principalmente, promover esta formalização com uma carga tributária reduzida.

As principais características do MEI são:

- Empresa individual, isto é, sem sócios;
- O empreendedor não pode possuir empresa em seu nome nem participar de outra empresa como sócio ou administrador.
- A sua atividade tem de se enquadrar no Anexo XIII estabelecido pela Lei do Simples;
- Possibilidade de ter até um empregado com remuneração máxima de um salário mínimo ou piso da categoria (o que for maior);
- Faturamento anual bruto (sem deduções da Receita Bruta de Vendas). O Senado aprovou o Projeto de Lei Complementar (PLP) 108/2021, que aumenta o limite de faturamento para o microempreendedor individual (MEI), passando de R\$ 81 mil para R\$ 130 mil. Além disso, sobe de um para dois o número de funcionários que este empreendedor pode contratar
- Não há obrigatoriedade de contratar ou manter serviços de contabilidade, já que os impostos poderão ser recolhidos em valores fixos e mensais a partir de uma declaração de faturamento, através do Simples Nacional. O MEI é um único tipo societário que é dispensado de elaborar as Demonstrações Contábeis

Entretanto, ressalta-se que, em razão de algumas especificidades técnicas e de exigências para atendimentos às obrigações acessórias dos órgãos governamentais, as orientações e apoio de um profissional de contabilidade são muito úteis e necessárias, dada a sua especialidade e conhecimento da legislação aplicável.

Principais obrigações do MEI

1) Relatório Mensal das Receitas

Até o dia 20 de cada mês, o MEI deve preencher o relatório mensal das receitas brutas realizadas no mês anterior. Nele, deverá incorporar todas as notas fiscais de compras de produtos bem como as notas fiscais emitidas pelo empreendedor. Por exemplo: se você é boleira e comprou uma lente nova para sua câmera para fotografar um evento empresarial, deverá anexar a nota fiscal de compra da lente e a dos serviços prestados para a empresa contratante.

2) Pagamento da guia DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional)

O MEI deve pagar uma quantia mensal referente aos tributos exigidos, estes por sua vez são cobrados de maneira simplificada. Em 2019, o valor cobrado por mês é reduzido, e corresponde à importância R\$ 49,90 referente ao (INSS - Instituto Nacional do Seguro Social) somados com R\$ 1,00 (ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), R\$ 5,00 (ISS - Imposto Sobre Serviços prestadores de serviço) ou R\$ 6,00 (Comércio e Serviços).

3) Emissão de Notas Fiscais

É obrigatória em vendas e prestações de serviços realizadas para pessoas jurídicas (empresas), independentemente do porte. No entanto, o MEI está isento da emissão de nota para o consumidor final, ou seja, para pessoas físicas, de acordo Resolução CGSN nº 140/2018, art. 106.

Observação

Porém, se não houver a atenção adequada, o empreendedor será tributado em todo valor que ultrapassar 32% de seu lucro. E esse imposto não é baixo, podendo chegar a até 27,50%. Exemplo: Suponha que foram emitidos R\$ 5.000,00 em notas no mês. Sem um contador, apenas R\$ 1.600,00 estarão isentos de tributos. Em cima dos outros R\$ 3.400,00, podem incidir impostos de até 27,50%.

4) Prestação de informações de seus empregados

Deve reter e recolher a contribuição previdenciária referente ao seu empregado como reza a lei, atentando para os prazos e condições estabelecidos pela Receita Federal do Brasil.

5) Prestar informações relativas ao segurado no seu serviço na GFIP

A GFIP é a Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e de Informações à Previdência Social, com neste documento o MEI deverá recolher o FGTS e a Contribuição Patronal Previdenciária calculada pela alíquota de 3% sobre o salário-contribuição do empregado.

Em seguida, encaminhar os documentos através do sistema de conectividade social da Caixa Econômica Federal até o dia 7 de cada mês.

O MEI também deve atentar para as obrigações trabalhistas previstas na CLT, tais como, assinar a carteira de trabalho, pagar o décimo terceiro salário, oferecer vale transporte e férias e dar aviso prévio em caso de demissão.

Vantagens de ser um MEI

O empreendedor possui uma série de benefícios em relação ao trabalho informal e à abertura de outros tipos de empresas, os quais listamos a seguir:

- a) preenchimento de cadastro simplificado através do site portaldoe empreendedor.com.br; todo o processo de abertura da sua MEI é gratuito e pode ser feito pela internet.
- b) Isenção de do pagamento de taxas de registro;
- c) pagamento de valor mínimo referente aos tributos; e
- d) burocracia simplificada.

Sociedade Limita Unipessoal (SLU)

A Sociedade Limitada Unipessoal, ou apenas SLU, é uma natureza jurídica na qual é o tipo de natureza jurídica que permite ao seu optante montar o próprio negócio sem a necessidade de um capital social previamente definido.

Além disso, o patrimônio pessoal fica separado do patrimônio da empresa. Assim, caso haja algum problema financeiro relevante, ou mesmo falência, os bens do empreendedor não podem ser utilizados para quitação das dívidas.

Nesse novo tipo societário não é exigido valor mínimo de Capital Social. Ou seja, este formato traz a facilidade de ter um valor de abertura acessível, desobrigando o empreendedor a integralizar valores altos no momento inicial da empresa.

A Lei 14.195 publicada no dia 27 de agosto/2021, que facilita a abertura de empresas e trabalha sobre a desburocratização societária e de atos processuais, em seu art. 41 determina o fim da EIRELI.

Micro Empresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP)

Microempresa é o empreendimento que tem Receita Bruta anual inferior ou igual a R\$ 360 mil. Para formalização, é necessário optar entre uma das formas de tributação (Simples Nacional, Lucro Real ou Lucro Presumido) e realizar o registro na Junta Comercial do estado competente.

Nessa modalidade societária não há restrições para o desempenho de serviços, no entanto, é importante ter o controle do faturamento a partir do registro correto do fluxo de caixa (que deve ser realizado em toda empresa). Se o lucro ultrapassar o limite para ME, o contrato social deve ser revisto, alterando também o regime tributário do empreendimento, caso a entidade seja optante do simples nacional. A ME pode ser classificada em quatro categorias: Sociedade Simples, EIRELI, Sociedade Empresária e Empresário.

Já a **Empresa de Pequeno Porte** segue o mesmo princípio da ME, a diferença entre elas é que limite de faturamento anual, ou seja, a Receita Bruta é de R\$ 4,8 milhões. Da mesma forma que a ME, o titular de uma Empresa de Pequeno Porte deve formalizar o negócio em uma Junta Comercial do Estado ou no cartório de jurisdição da empresa, apresentando o documento de constituição para os devidos registros. Depois disso, é necessário fazer do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas). O tempo de abertura de uma empresa costuma variar de acordo com o Estado da federação.. É mister mencionar que após desse processo deve ser optado por um dos regimes tributários que são: Simples Nacional Lucro Real ou o regime do Lucro Presumido.

Resumimos no quadro abaixo o que discorremos sobre os limites de de Receita Bruta para efeito de enquadro da empresa em ME ou EPP. Como já mencionamos a Receita Bruta anual das MPE's são as seguintes:

TIPOS DE EMPREENDEDIMENTO	FATURAMENTO BRUTO ANUAL (R\$)
Microempreendedor individual	81.000,00
Microempresa	360.000,00
Empresa de Pequeno Porte	4.800.000,00

Afinal, em quais hipóteses esse faturamento sofre modificações?

Há quatro fatos que alteram o limite da Receita Bruta anual auferida quando tratamos de enquadramento como MPE's que são: devolução de vendas, descontos incondicionais, abatimentos e quando a empresa trabalha com exportação de produtos ou serviços.

Vejam os que é cada um destes itens:

1) Descontos Incondicionais

Os descontos incondicionais são parcelas redutoras do preço de vendas, quando constam na nota fiscal de venda dos bens ou na fatura de serviços e não dependem de evento posterior à emissão desses documentos. Portanto, o entendimento da Receita Federal do Brasil esses descontos não são inclusos na Receita Bruta da pessoa jurídica vendedora e, do ponto de vista da pessoa jurídica adquirente dos bens ou serviços, constituem redutor do custo de aquisição, não configurando receita.

2) Devolução de Vendas

Como o próprio título traduz é quando as mercadorias vendidas são devolvidas pelos clientes. Ocorrendo a devolução das vendas, o valor correspondente a essa devolução deverá ser contabilizado em conta própria, como redutora da Receita Bruta das Vendas.

3) Abatimento

A conta contábil Abatimentos sobre Vendas acontece quando a empresa vende um determinado produto e após emitir a nota fiscal a empresa dá um desconto a fim de evitar que esta mercadoria retorne aos estoques. Por exemplo: A empresa Souza & Pereira confecções LTDA vendeu 10 blusas para a cliente a Sra. Jenner Sequenada, porém ao receber as blusas a cliente detectou que duas das blusas estavam com falhas e quis devolver as duas mercadorias que estavam danificadas para empresa com o intuito de não ficar com essas peças danificadas

a Souza& Pereira resolveu dar um desconto posterior a emissão da nota fiscal (abatimento). Portanto, é uma dedução da Receita Bruta e o abatimento não provoca ajustes no estoque, nem no Custo das mercadorias vendidas, uma vez que as mercadorias não retornam ao estabelecimento do vendedor.

Exemplo Prático da empresa Souza & Pereira

A empresa Souza & Pereira Serviços de Engenharia EPP auferiu Receita Bruta de Vendas de R\$ 8.500.000,00 no exercício financeiro de 2018 com base no que aprendemos no Capítulo 4 a referida empresa poderia ser enquadrada como Empresa de Pequeno porte? Pode gozar dos benefícios estabelecidos pela lei 123/2006?

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DE 20X8 EM REAIS (R\$)	
Receita Bruta de Vendas	8.500.000,00
(-) Deduções de Receita Bruta de Vendas	
Devolução de Vendas	2.250.000,00
Abatimento	1.200.000,00
Desconto Incondicional	1.000.000,00
ICMS sobre Vendas	150.000,00
PIS sobre Vendas	50.000,00
CONFINS sobre Vendas	100.000,00
(=) Receita líquida	3.750.000,00

Resolução:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DE 20X8 EM REAIS (R\$)	
Receita Bruta de Vendas	8.500.000,00
(-) Deduções de Receita Bruta de Vendas	
Devolução de Vendas	2.250.000,00
Abatimento	1.200.000,00
Desconto Incondicional	1.000.000,00
(=) Base de Cálculo de Emquadramento como EPP	4.050.000,00

Observa-se que quando subtraímos da Receita Bruta os itens supracitados, resulta um valor que é inferior ao limite estabelecido para as EPP's que é de R\$ 4.800.000,00. Ou seja a empresa Souza & Pereira pode gozar dos benefícios bem como ainda se enquadrar como tal.

4) Receita de Exportação

A Lei 123/2006 prevê que para as MPE's que trabalham com a exportação de seus produtos. Tem a Receita Bruta duplicada, isso ocorre como prevê o artigo 3º§14:

Para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, poderão ser auferidas receitas no mercado interno até o limite previsto no inciso II do caput ou no § 2º, conforme o caso, e, adicionalmente, receitas decorrentes da exportação de mercadorias ou serviços, inclusive quando realizada por meio de comercial exportadora ou da sociedade de propósito específico previsto no art. 56 desta Lei Complementar, desde que as receitas de exportação também não excedam os referidos limites de receita bruta anual.

Exemplo Prático da empresa Sequetudo

A empresa Sequetudo distribuição de uvas LTDA EPP exporta suas mercadorias para o leste da Europa para todo o estado de Pernambuco. Nesse contexto, qual seria o limite de faturamento da empresa Sequetudo para ser considerada EPP?

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DE 20X8 EM REAIS (R\$)	
Receita Bruta de Vendas	4.600.000,00
Receita com exportação	3.950.000,00

(-) Deduções de Receita Bruta de Vendas	
ICMS sobre Vendas	200.000,00
PIS sobre Vendas	75.000,00
CONFINS sobre Vendas	25.000,00
(=) Receita líquida	8.250.000,00

Resolução:

Como o artigo 3º da Lei 123 prevê temos os limites de faturamento como já sabemos. Desta forma, poderá ser esse limite de Receita Bruta estabelecida para as vendas no país e outro de mesma importância para os recursos oriundos de exportação. Portanto, a empresa Sequetudo distribuição de uvas LTDA EPP pode ser considerada como EPP, visto que esta não ultrapassou o limite de R\$ 4.800.000,00 em nenhuma das receitas apresentadas na Demonstração do Resultado do Exercício.

Obrigações das MPE's: com relação as Demonstrações contábeis

As MPE's podem adotar o modelo da ITG 1000 também conhecido como modelo de contabilidade simplificado. Dessa forma a entidade deve elaborar o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado e as Notas Explicativas ao final de cada exercício social.

As Demonstrações Contábeis devem ser identificadas, no mínimo, com as seguintes informações:

- Denominação da entidade;
- Data de encerramento do período de divulgação e o período coberto; e
- Apresentação dos valores do período encerrado na primeira coluna e na segunda, dos valores do período anterior.

Quadro resumo das DC'S obrigatórias

Demonstração Contábil	ME e EPP ITG 1000	PME's NBC TG 1000
B.P.	Obrigatório	Obrigatório
D.R.	Obrigatório	Obrigatório
D.R.A.	Facultativa	Pode ser substituída pela DLPA
D.L.P.A.	Facultativa	Facultativa (obrigatória se substituir a DRA ou a DMPL)
D.M.P.L.	Facultativa	Pode ser substituída pela DLPA
D.F.C	Facultativa	Obrigatório
N.E.	Obrigatório	Obrigatório
D.V.A.	Facultativa	Facultativa

Fonte: Conselho Regional do Paraná

No Balanço Patrimonial, a entidade deve classificar os ativos como Ativo Circulante e Não Circulante e os passivos como Passivo Circulante e Não Circulante. Lembrando que o ativo deve ser classificado como Ativo Circulante quando se espera que seja realizado até 12 meses da data de encerramento do Balanço Patrimonial. Nos casos em que o ciclo operacional for superior a 12 meses, prevalece o ciclo operacional.

O Passivo deve ser classificado como Passivo Circulante quando se espera que seja exigido até 12 meses da data de encerramento do balanço patrimonial. Nos casos em que o ciclo operacional for superior a 12 meses, prevalece o ciclo operacional. Minimamente, o Balanço Patrimonial deve incluir e evidenciar os grupos de contas apresentados no Anexo 2 da ITG 1000.

Já Demonstração do Resultado deve incluir e evidenciar os grupos de contas apresentados no Anexo 3 desta Interpretação. Os itens adicionais, nomes de grupos e subtotais devem ser apresentados no Balanço Patrimonial ou na Demonstração do Resultado se forem relevantes e materiais para a entidade. As despesas com tributos sobre o lucro devem ser evidenciadas na Demonstração

do Resultado do período. Sendo quaisquer ganhos ou perdas, quando significativos, por serem eventuais e não decorrerem da atividade principal e acessória da entidade, devem ser evidenciados na Demonstração do Resultado separadamente das demais receitas, despesas e custos do período.

Quando nos referimos as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis devem incluir minimamente alguns conteúdos que são:

- Declaração explícita e não reservada de conformidade com esta Interpretação;
- Descrição resumida das operações da entidade e suas principais atividades;
- Referência às principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis;
- Descrição resumida das políticas contábeis significativas utilizadas pela entidade;
- Descrição resumida de contingências passivas, quando houver; e
- Qualquer outra informação relevante para a adequada compreensão das demonstrações contábeis.

Plano de contas simplificado

O Plano de Contas, mesmo que simplificado, deve ser elaborado considerando-se as especificidades e natureza das operações realizadas, bem como deve contemplar as necessidades de controle de informações no que se refere aos aspectos fiscais e gerenciais. . O Plano de Contas Simplificado, apresentado no Anexo 4 da ITG 1000, deve conter, no mínimo, quatro níveis:

- **Nível 1:** Ativo; Passivo e Patrimônio Líquido; e Receitas, Custos e Despesas (Contas de Resultado).
- **Nível 2:** Ativo Circulante e Ativo Não Circulante. Passivo Circulante, Passivo Não Circulante e Patrimônio Líquido. Receitas de Venda, Outras Receitas Operacionais, Custos e Despesas Operacionais.

- **Nível 3:** Contas sintéticas que representam o somatório das contas analíticas que recebem os lançamentos contábeis, como, por exemplo, Caixa e Equivalentes de Caixa.
- **Nível 4:** Contas analíticas que recebem os lançamentos contábeis, como, por exemplo, Bancos Conta Movimento.

Agora, que vocês já estão afiados no assunto das do MPE's vamos conhecer os demais tipos societários propostos neste capítulo que são: a SIU, LTDA e as SA's.

Sociedade Limitada (LTDA)

Pode-se definir a sociedade limitada como a entidade formada por duas ou mais pessoas físicas que se responsabilizam de forma solidária de forma limitada ao valor de suas quotas pela integralização do Capital Social.

Obrigações Contábeis

Balanço Patrimonial

Todas as empresas, exceto os Microempreendedores Individuais são obrigados a apresentar o Balanço Patrimonial. Esse documento como já vimos é um demonstrativo contábil completo que reflete todos os bens adquiridos e as despesas pagas pela empresa. O balanço evidencia a posição patrimonial e financeira da entidade e deve ser feito em todo exercício financeiro.

Livros e Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) Contábil

O Livro Diário é uma das obrigações contábeis das empresas, juntamente com o Livro Razão. O primeiro serve para registrar as operações da empresa no dia a dia. O Livro Razão, por sua vez tem a finalidade de demonstrar a movimentação analítica das contas escrituradas no diário e constantes no balanço.

Uma prática muito eficaz atualmente, tanto esses livros quanto os balancetes,

balanços e fichas de lançamento podem ser enviados de forma eletrônica através do SPED Contábil. O Sistema Público de Escrituração Digital é obrigatório para empresas que tributam pelo Lucro Real.

Por mais que seja burocrática a abertura de uma. Os processos, são fator muito relevante para que um negócio comece bem estruturado e orientado em relação aos planos futuros. Por isso, para realizar a escolha desse tipo de empresa é indispensável pensar com cuidado a fim de garantir a segurança para o empreendedor e seus sócios.

Vantagens de ser uma Sociedade LTDA

Esta sociedade não precisa ter Capital Social mínimo integralizado como no caso da antiga EIREL, pois, os sócios podem começar a entidade e também, há separação do Patrimônio do empresário(s) pessoa física.

Atuação integrada dos sócios

Não obstante, ser constituída por cotas individuais no Capital Social, todos os sócios deve atuar de forma integrada para o bom funcionamento do negócio.

Remuneração equivalente ao investimento

Uma vez que em uma empresa de Sociedade Limitada a responsabilidade dos sócios é limitada ao valor de suas quotas, ou seja, por meio do Capital Social, a remuneração de cada integrante é equivalente ao investimento realizado, simplificando distribuição de lucro.

Autonomia da empresa

Neste modelo, a autonomia da empresa é preservada, já que os sócios não podem usar bens e contas da empresa para questões pessoais, como pagamento de contas particulares;

Negócio preservado: na eventualidade de prejuízo, os sócios são impedidos de receber lucro da empresa, com o objetivo de oferecer estabilidade ao negócio;

Possibilidade de exclusão de sócios: em caso de qualquer quebra de regras ou contrato por parte de um dos sócios, ele pode ser excluído do negócio, evitando prejuízos maiores para a empresa.

Desvantagens de ser uma Sociedade LTDA

Não obrigatoriedade do Conselho Fiscal

A existência de um conselho fiscal também não é obrigatória em uma Sociedade Limitada, porém a existência dessa é altamente recomendável de acordo com o tamanho do negócio ou perfil dos sócios, pois tende a evitar conflitos nas tomadas de decisão.

O Sócio responde pelo Capital Social total

Este é um ponto bastante importante sobre a Sociedade Limitada, mesmo que a responsabilidade de cada sócio seja limitada à sua contribuição no capital da empresa, cada sócio responde pelo capital total de um negócio. Por exemplo, se, em uma empresa com dois sócios, um investiu R\$ 300 mil e outro R\$ 50 mil, ambos respondem pelo capital total de R\$ 350 mil.

Sociedade Anônima

A Sociedade Anônima é um modelo de companhia com fins lucrativos, caracterizada por ter o seu capital social fracionado em ações. Os donos das ações são chamados de acionistas e, neste caso, a empresa deve ter sempre dois ou mais acionistas.

No Brasil, a Lei nº 6.404/76, conhecida como Lei das Sociedades por Ações regulamenta as sociedades anônimas no país. O artigo 1º desta lei preconiza que:

A companhia ou sociedade anônima terá o capital dividido em ações, e a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limi-

tada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.

As sociedades anônimas são normalmente constituídas mediante assembleia geral, um conselho de administração, um conselho fiscal e uma diretoria. Podem ser denominadas como companhias, neste caso sob a abreviatura de “Cia.”, ou como “sociedade anônima”, com sigla S.A, SA ou S/A.

Nesse âmbito, as sociedades anônimas podem ser classificadas em duas categorias: sociedades anônimas de capital fechado ou sociedades anônimas de capital aberto.

Sociedade anônima de capital aberto: esta modalidade disponibiliza as suas ações para negociações nas bolsas de valores e mercados de balcão, abrindo assim os seus recursos junto ao público interessado em participar.

Sociedade anônima de capital fechado: Não permitem que suas ações estejam disponíveis para comercialização no mercado da bolsa de valores, por exemplo. Os recursos ficam limitados apenas entre os acionistas, ou seja, os sócios da empresa.

Obrigações contábeis da Sociedade anônima

A Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas (S/A)), reformada pela Lei nº 11.638/07, art. 176, os seguintes demonstrativos são obrigatórios para as companhias:

- Balanço Patrimonial
- Demonstração de Resultado do Exercício
- Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados
- Demonstração dos Fluxos de Caixa

Sociedade de Grande Porte

De acordo com o art. 3º, da Lei nº 11.638/07, surgiu a figura das sociedades de grande porte, que são para fins exclusivos da lei reformadora, a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver, no exercício social imediatamente anterior, ativo total superior a R\$ 240.000.000,00 ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00

Para estas, constituídas ou não sob a forma de sociedades por ações, isso é, a possibilidade de estarem incluídos na obrigação disciplinada no artigo citado, outros tipos societários, inclusive as limitadas. Para as Sociedades de Grande Porte aplicam-se as disposições da Lei nº 6.404/76 que tratam de escrituração e elaboração de demonstrações financeiras, bem como a exigência de realização de auditoria independente na entidade por auditor cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários. Sendo assim, estas entidades têm como controles obrigatórios demonstrativos exigidos:

- Balanço Patrimonial
- Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados
- Demonstração de Resultado do Exercício
- Demonstração dos Fluxos de Caixa

A DFC não será obrigatória elaboração e publicação para companhia de capital fechado que possua a época do Balanço Patrimonial, um Patrimônio Líquido no montante inferior a R\$ 2.000.000,00

As Demonstrações Contábeis são obrigatórias para todas as companhias, são: BP, DRE e DLPA, pois temos que considerar tanto as companhias de capital aberto quanto às de capital fechado.

Já a DFC será obrigatória (elaboração e publicação) para SGP, pois a exclusão é somente para as companhias de capital fechado que possua a época do Balanço Patrimonial, um Acervo Líquido ou Patrimônio Líquido no montante

inferior a R\$ 2.000.000,00 .

A DMPL nunca foi obrigatória pela Lei das S.A, podendo, conforme §2º, art. 187, substituir a DLPA.

Vale salientar que com o Pronunciamento nº 26 do CPC houve a recepção de tratamento que já era adotado pela CVM para as Cias abertas em decorrência da Deliberação nº 488/05, por meio da qual se exigia a DMPL no lugar da DLPA. Sendo que, com o advento da norma reformadora, a deliberação nº 595/09, surgiu a DRA.

A NBC TG estabeleceu juntamente com Comissão de Valores mobiliários a exigência da para a companhias da capital aberto, os relatórios contábeis são:

- Balanço Patrimonial
- Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido
- Demonstração de Resultado do Exercício
- Demonstração de Resultado Abrangente
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

As SA´s de acordo com o Novo Código Civil as demonstrações obrigatórias devem ser:

- Balanço Patrimonial
- Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados
- Demonstração de Resultado do Exercício
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Demonstração do Valor Adicionado

Observação

A DVA não será obrigatória, já que a exigência é tão somente para as companhias de capital aberto. Logo, A DVA será obrigatória unicamente para as companhias de capital aberto

Sociedade anônima x Sociedade limitada

Agora que você já sabe o que consiste a Sociedade Limitada. É importante destacar que a Contabilidade é obrigatória para as pessoas jurídicas Lei 10.406/2002 (Novo Código Civil) o empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico. Assim, o profissional da contabilidade é responsável por controlar o patrimônio e auxiliar na tomada de decisões, além de fazer com que a empresa atenda as necessidades impostas pelo Fisco, ela também pode auxiliar no controle financeiro e econômico dando suporte ao planejamento e gestão do empreendimento.

Vantagens de ser uma S.A

- As empresas SA são reguladas pela Lei das Sociedades por Ações e não pelo Código Civil;
- Proteção do patrimônio pessoal do sócio;
- A SA deve possuir reservas e distribuição de lucros;
- A sociedade anônima deve elaborar demonstrações financeiras regulares que auxiliam na gestão financeira.

Desvantagens de ser uma S.A

- Maior restrição para a saída da sociedade;
- Não há possibilidade de exclusão de sócios.



Questões de Fixação 3

1. (IF-SC - 2019 - IF-SC - Docente - Administração/ adaptado) As formas jurídicas de constituição de empresas são a maneira como uma pessoa jurídica se representa na sociedade, podendo ser: Sociedade Limitada (LTDA.), Empresário Individual (EI), Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI), Sociedade Anônima (S.A.) e Sem Fins Lucrativos. Elas têm definições e características próprias com relação à constituição da firma, capital social mínimo, tipo e número de sócios e responsabilidades. Segundo o Sebrae (2019), a escolha da forma jurídica é muito importante para o perfeito funcionamento de qualquer empreendimento, pois “[...] define o futuro e por quem será legislada.”. Com foco no ciclo de introdução de pequenos negócios, as empresas também são classificadas de acordo com o Enquadramento Tributário/Faturamento Anual em: Microempreendedor Individual (MEI), Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP). Com relação ao MEI, assinale a alternativa INCORRETA:
- a) O MEI não pode ter empregados
 - b) O MEI é optante pelo Simples Nacional e SIMEI
 - c) O registro do MEI é gratuito e pode ser efetuado pela Internet no site www.portaldoempreendedor.gov.br
 - d) O MEI está dispensado de escrituração contábil e é segurado da Previdência social - Contribuinte Individual (tem direito a alguns benefícios previdenciários, entre eles, a aposentadoria por idade)

- e) O MEI é empresário individual com receita bruta anual até R\$ 81.000,00
2. (FGV/OAB-2019) Determinadas pessoas naturais, em razão de sua atividade profissional, e certas espécies de pessoas jurídicas, todas devidamente registradas no órgão competente, gozam de tratamento simplificado, favorecido e diferenciado em relação aos demais agentes econômicos – microempresas e empresas de pequeno porte. De acordo com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, as microempresas e as empresas de pequeno porte, quanto à forma jurídica, são:
- a) cooperativa de produção, empresário individual, empresa pública e sociedade limitada.
 - b) empresário individual, empresa individual de responsabilidade limitada, sociedade simples e sociedade empresária, exceto por ações.
 - c) cooperativa de crédito, empresário individual, empresa individual de responsabilidade limitada e sociedade simples.
 - d) empresário individual, profissional liberal, empresa Individual de responsabilidade limitada e sociedade por ações
3. (FCC-AFAP-2018) Considere os enunciados abaixo, que dizem respeito às microempresas e empresas de pequeno porte.
- I. Consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e a empresa individual de responsabilidade limitada, devidamente registradas ou não no Registro de Empresas Mercantis, em Títulos e Documentos ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso.
 - II. O enquadramento do empresário ou da sociedade simples ou empresária como microempresa ou empresa de pequeno porte bem como o seu desen-

quadramento não implicarão alteração, denúncia ou qualquer restrição em relação a contratos por elas anteriormente firmados.

III. Poderá beneficiar-se do tratamento jurídico diferenciado previsto para as microempresas e empresas de pequeno porte a pessoa jurídica constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo.

IV. Não poderá beneficiar-se do tratamento jurídico diferenciado previsto para as microempresas e empresas de pequeno porte a pessoa jurídica cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e III .
- b) I, III e IV.
- c) II e IV.
- d) I e III.
- e) II , III e IV.

4. (FCC-TJSC/2018) As microempresas e empresas de pequeno porte, nas licitações públicas:

- a) são dispensadas, em qualquer fase, da apresentação de documento comprobatório de regularidade fiscal.
- b) terão assegurada preferência de contratação, como critério de desempate.
- c) não gozarão de qualquer vantagem em relação às demais empresas participantes do certame.
- d) terão assegurada preferência como critério de desempate, somente na modalidade de pregão.

e. só poderão participar do certame se os demais licitantes também forem aderentes ao Simples Nacional.

5. (FCC- TJPE/ 2013) Em relação às microempresas e às empresas de pequeno porte, analise os enunciados abaixo.

I. Enquadram-se como microempresas ou como empresas de pequeno porte, preenchidos os requisitos legais, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada, as cooperativas e as sociedades por ações, desde que de capital fechado às Bolsas de Valores.

II. As microempresas ou as empresas de pequeno porte, optantes ou não pelo Simples Nacional, poderão realizar negócios de compra e venda de bens, para os mercados nacional e internacional, por meio de sociedade de propósito específico, que terá seus atos arquivados no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

III. O protesto do título relativo às microempresas não é sujeito a quaisquer emolumentos, taxas, custas ou contribuições, podendo ser cobradas apenas as despesas de correio, condução e publicação de edital para realização de suas intimações.

Está INCORRETO o que se afirma em

- a) II, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) I, II e III.
- e) III, apenas.

6. (FCC-MPPE/2012) As demonstrações contábeis obrigatórias para as sociedades por ações de capital aberto, de acordo com a Lei das Sociedades por

Ações, com as modificações introduzidas pelas Leis no 11.638/2007 e no 11.941/2009 são:

- a) Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Valor Adicionado, Balanço Patrimonial e Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados.
- b) Demonstração dos Fluxos de Caixa, Balancete de Verificação, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos, e Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados.
- c) Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Valor Adicionado, Balanço Patrimonial e Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados.
- d) Balanço ou balancete de suspensão ou redução do imposto por estimativa, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos e Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados.
- e) Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, Balanço Patrimonial, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Resultado do Exercício.

7. (Elaboração própria) Uma Sociedade empresária denominada “Melo & Souza malharia LTDA EPP” apresentou a seguinte demonstração do resultado no exercício de 2018:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DE 20X8 EM REAIS (R\$)	
Receita Bruta de Vendas	10.000.000,00
(-) Deduções de Receita Bruta de Vendas	7.754.000,00
Abatimento	2.300.000,00
COFINS sobre Vendas	270.000,00
Desconto Incondicional	3.500.000,00
Devolução de Vendas	1.250.000,00
ICMS sobre Vendas	320.000,00

PIS sobre Vendas	114.000,00
(=) Receita líquida	2.246.000,00

Diante disso a empresa estaria enquadrada ou desenquadrada como MPE`s?
Qual o montante encontrado após realizar o cálculo dos fatos contábeis que interferem no enquadramento ou desenquadramento?

- a) Desenquadrada, pelo montante de R\$ 2.246.000,00.
- b) Enquadrada, pelo montante de R\$ 2.246.000,00
- c) Desenquadrada ,pelo montante de R\$ 2.950.000,00
- d) NDA

8. (VUNESP- Juiz substituto/2018) Em relação à empresa individual de responsabilidade limitada, dispõe o Código Civil:

- 1) A empresa individual de responsabilidade limitada será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, que não será inferior a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no País, a ser integralizado em prazo não superior a um ano.
- 2) A empresa individual de responsabilidade limitada também poderá resultar da concentração das quotas de outra modalidade societária num único sócio, independentemente das razões que motivaram tal concentração.
- 3) Aplicam-se à empresa individual de responsabilidade limitada, no que couber, as regras previstas para as sociedades em nome coletivo.
- 4) É vedada a atribuição à empresa individual de responsabilidade limitada, constituída para a prestação de serviços de qualquer natureza, a remuneração decorrente da cessão de direitos patrimoniais de autor ou de imagem, nome, marca ou voz de que seja detentor o titular da pessoa jurídica, vinculados à atividade profissional.

- 5) O nome empresarial deverá ser formado pela inclusão da expressão “EIRELI” após a firma social, não sendo permitido o uso de denominação social.
9. (IFRR- Professor/2015) Considerando as formas jurídicas das empresas, é correto afirmar que se constitui uma das vantagens da Sociedade Anônima:
- a) Economias fiscais.
 - b) tributação do imposto de renda.
 - c) regulamentação governamental.
 - d) responsabilidade limitada dos sócios.
 - e) maior nível de segurança em relação ao sigilo financeiro.
10. (CESGRANRIO-TÉCNICO BANCÁRIO/2012) De acordo com a Lei nº 6.404, a companhia pode ser aberta ou fechada. Tal classificação se baseia no fato de os valores mobiliários de sua emissão serem ou não admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários. Nesse sentido, uma companhia é considerada aberta quando:
- a) Seus títulos são emitidos no exterior.
 - b) Seus ativos permanentes são disponibilizados para venda.
 - c) Suas debêntures são emitidas no exterior.
 - d) Suas ações podem ser negociadas na Bolsa de Valores.
 - e) Suas ações não são negociadas no mercado.
11. (FCC- Analista de Fomento/2012) m relação às sociedades anônimas:
- a) a companhia é aberta ou fechada conforme os valores mobiliários de sua emissão estejam ou não admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários.

- b) seu objeto pode referir-se a qualquer empresa, de fim lucrativo ou não, desde que não contrário à lei, à ordem pública e aos bons costumes.
- c) em sua denominação, por sua impessoalidade, não poderão figurar os nomes do fundador, acionista ou pessoa que de algum modo tenha contribuído para o sucesso da empresa.
- d) seu capital social deverá ser formado somente com contribuições em dinheiro, defesas outras espécies de bens.
- e) o estatuto da companhia fixará o valor do capital social, expresso em moeda nacional ou estrangeira e a ser corrigido anualmente.

12. (Elaboração própria) A entidade “Pessoa Nascimento editora de livros ME” iniciou no exercício-financeiro de 2018 o processo expansão de vendas. Pois, agora além de comercializar os seus livros no Brasil a empresa passará a comercializar os seu livros para o sul da França através do processo de exportação. Dito isso, Pessoa Nascimento apresentou a seguinte Demonstração do Resultado:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DE 20X8 EM REAIS (R\$)	
Receita Bruta de Vendas	660.000,00
Receita de venda nacional	360.000,00
Receita com exportação	300.000,00
(-) Deduções de Receita Bruta de Vendas	300.000,00
ICMS sobre Vendas	270.000,00
PIS sobre Vendas	3.500.000,00
COFINS sobre Vendas	1.250.000,00
(=) Receita líquida	2.246.000,00

Diante disso a empresa estaria enquadrada ou desenquadrada como ME em que valor? E por quê?

- a) Desenquadrada, porque não atinge a Receita Bruta estabelecida por Lei 123/2006 que é de R\$ 360.000,00 e é desenquadrada por apresentar o mon-

tante de R\$ 660.000,00

b) Enquadrada, porque a empresa possui exportação e a Lei 123/2006 preconiza que o limite de faturamento dobra para entidades que possuem esta prática sendo o limite de R\$ 360.000,00 para Receitas de Vendas nacionais e R\$ 360.000,00 para Receita de Vendas para o exterior. Sendo assim a empresa e pelo montante de R\$ 660.000,00.

c) Enquadrada, pois, o valor de R\$660.000,00 é o valor previsto pelas Microempresas na Lei 123/2006.

d) NDA

13. (UECE -Auditor de Tributos/Adaptada/2016) Considera-se Microempreendedor Individual – MEI –, o empresário individual (aquele que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços) optante pelo Simples Nacional, que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até

a. R\$ 48.000,00.

b. R\$ 60.000,00.

c. R\$ 72.000,00.

d. R\$ 90.000,00.

e. R\$ 81.000,00.

14. (VUNESP- TJRS/2019) Com relação à responsabilidade dos sócios na sociedade limitada, é correto afirmar que:

a) é equivalente à responsabilidade limitada oferecida aos acionistas de sociedade anônima, ou seja, é limitada ao capital subscrito, ressalvada apenas a responsabilização extraordinária do sócio pelas dívidas da sociedade nas hipóteses que autorizam a desconsideração da personalidade jurídica ou em

razão de legislação especial, nas circunstâncias ali previstas, como em matéria ambiental, tributária ou trabalhista.

b) é limitada durante a vigência da sociedade, mas o sócio poderá ser demandado por todas as obrigações remanescentes da sociedade após a dissolução e liquidação desta, caso os bens da sociedade não tenham sido suficientes para quitação das obrigações perante terceiros.

c) é equivalente à limitação de responsabilidade oferecida aos sócios da sociedade simples cujo contrato social, devidamente inscrito no registro próprio de tal sociedade, não impõe solidariedade aos respectivos sócios.

d) é limitada ao valor de sua quota, com as ressalvas legais, mas tal limitação de responsabilidade não se aplica ao sócio que acumula a função de administrador.

e) é limitada ao valor de sua quota, ressalvada a responsabilidade solidária dos sócios pelo capital não integralizado ou ainda a responsabilização extraordinária do sócio pelas dívidas da sociedade nas hipóteses que autorizam a desconsideração da personalidade jurídica ou em razão de legislação especial, nas circunstâncias ali previstas, como em matéria ambiental, tributária ou trabalhista.

15. (FCC- TJSC/2012) No que tange à empresa individual de responsabilidade limitada:

I. Será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não será inferior a dez vezes o maior salário mínimo vigente no País.

II. O nome empresarial deverá ser formado pela inclusão da expressão “EIRELI” após a firma ou a denominação social da empresa individual de responsabilidade limitada.

III. A pessoa natural que constituir empresa individual de responsabilidade limitada somente poderá figurar em uma única empresa dessa modalidade.

IV. Os sócios somente serão responsabilizados no limite das cotas integralizadas.

- a) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- b) Somente as proposições II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições I e III estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

16. (CORE-INAZ/2019) a sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas. No entanto, o Código Civil de 2002, fala que todos os sócios responderão pela integralização do capital social de forma:

- a. Subsidiária.
- b. Alternativa.
- c. Solidária.
- d. Parcial.
- e. Integral.

Gabarito

Agora chegou o momento de verificar o seu desempenho nas questões ao final deste capítulo.

- 1) A
- 2) B
- 3) C
- 4) B
- 5) D
- 6) A
- 7) E

NO PRELO

Referências

Alleader, Marco Trevisani “A História da Contabilidade” «A História da Contabilidade»

<http://contabeissemsegredos.com/contabilidade-origem-e-historia/>

<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/demonstracaodovalor.htm>

http://www1.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/noticias_internet/Relatorios/Artigo.pdf

http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/38/5_contabilidade_objeto_objetivos_e_funcoes.pdf

<https://blog.sage.com.br/dicionario-administracao-negocios/passivo/>

<https://capitalsocial.cnt.br/balanco-patrimonial/>

<https://proeducacional.com/ead/curso-preparatorio-conteudo-global-i/capitulos/estrutura-conceitual-basica/aulas/aula-140/>

<https://pt.slideshare.net/wandickrochadeaquino/prticas-financeiras-e-contbeis-aulas-1-e-2>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_da_contabilidade

<https://www.coachfinanceiro.com/portal/>

[saiba-o-que-e-dmpl-demonstracao-das-mutacoes-do-patrimonio-liquido/](https://www.coachfinanceiro.com/portal/saiba-o-que-e-dmpl-demonstracao-das-mutacoes-do-patrimonio-liquido/)

<https://www.contabeis.com.br/artigos/3496/o-papel-da-contabilidade-aplicada-ao-terceiro-setor/>

<https://www.jornalcontabil.com.br/conheca-origem-e-historia-da-contabilidade/>

<https://www.pontodosconcursos.com.br/artigo/13552/moraes-junior/comentarios-sobre-o-cpc-00-parte-2>

https://www.socontabilidade.com.br/conteudo/BP_ativo.php

<https://www.socontabilidade.com.br/conteudo/conceito.php>

https://www.socontabilidade.com.br/conteudo/historia_contabilidade.php

Lei 6.404/76 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404compilada.htm

Monografia (Especialização em Contabilidade e Controladoria), Faculdade de Estudos Avançados do Pará, Belém, 2007.

Prado, Claudio R. do, "Princípios contábeis e sua aplicabilidade", Curitiba PR, Editora Prado.

Ribeiro, Osni Moura, "Contabilidade Básica Fácil", Editora Saraiva, 12a. edição, 1991, ISBN 85-02-00854-4 e ISBN 85-02-00856-2.

Ribeiro, Osni Moura, "Contabilidade Comercial Fácil", Editora Saraiva, 4a. edição, 1991, ISBN 85-02-00852-8 e ISBN 85-02-00853-6.

SÁ, Antônio Lopes de, Fundamentos da contabilidade geral. Curitiba: Juruá, 2005.

Venceslau, Fábio Ygor N., A importância do planejamento no processo de gestão, Belém, 2007, folha 22.



NO PRELO

